

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-02-2021.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoní Medina, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel e Moisés Barboza. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 160/20 (Processo nº 0388/20), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Comandante Nádia, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 146 e 165/20 e para a Indicação nº 057/20 (Processos nºs 0347, 0394 e 0368/20, respectivamente); de autoria de Hamilton Sossmeier, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/20 (Processo nº 0071/20); de autoria de Idenir Cecchim, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/19 (Processo nº 0574/19); de autoria de José Freitas, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 075 e 080/19 (Processos nºs 0152 e 0159/19, respectivamente); de autoria de Laura Sito, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 081/17 (Processo nº 0816/17); de autoria de Leonel Radde, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 139/17, 122, 123 e 124/18 e para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/19 (Processos nºs 1195/17, 1275, 1276 e 1277/18 e 0338/19, respectivamente); de autoria de Lourdes Sprenger, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/19 e para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 007/19, 019, 117 e 119/20 (Processos nºs 0407 e 0058/19, 0056, 0297 e 0299/20, respectivamente). Durante a sessão, foi aprovada a Ata da Quarta Sessão Ordinária. A seguir, por solicitação de Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Gilberto de Jesus Costa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Fernanda Barth, Jonas Reis, Matheus Gomes, Alexandre Bobadra e Comandante Nádia. Em continuidade, Alexandre Bobadra formulou requerimento verbal, deferido pelo Presidente, solicitando que os vereadores fossem dispensados do uso da indumentária prevista no artigo 216, inciso III, do Regimento. Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi realizada a eleição para o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora, sendo eleito Claudio Janta, que obteve vinte e seis votos, tendo nele votado Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato,

Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, contra Karen Santos, que obteve dez votos, tendo nela votado Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em prosseguimento, o Presidente declarou Claudio Janta empossado no cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 012/21 (Processo nº 0159/21), por trinta votos SIM e quatro votos NÃO, após ser discutido por Roberto Robaina, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Karen Santos, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às quinze horas e quarenta e sete minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. A seguir, foi registrado o COMPARECIMENTO de Janaína Audino, Secretária Municipal da Educação. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Janaína Audino, que se pronunciou acerca de medidas adotadas pelo Município na educação pública em face da pandemia de covid-19. Após, Jonas Reis, Daiana Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Prof. Alex Fraga, Cláudia Araújo, Jessé Sangalli, Cassiá Carpes e Idenir Cecchim pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Mônica Leal, Mauro Zacher e Bruna Rodrigues. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Janaína Audino. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e cinquenta e oito minutos às dezessete horas e cinquenta e nove minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 268/19, 101/20 e 005/21. Às dezoito horas, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que faço o apregoamento das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Ata disponível nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Ata da 004ª Sessão Ordinária. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, registramos a presença da Ver.^a Mari Pimentel.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadores, eu gostaria de fazer uma homenagem póstuma ao Sr. Gilberto de Jesus Costa, Patrão do Piquete Cabo Toco, que faleceu hoje no Litoral Norte. Peço a todos um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É com muito pesar e consternação que fizemos esse registro, ele era inclusive amigo do Ver. Aldacir Oliboni; tinha um mercadinho em frente à Tia Eva, ali no Morro da Cruz, infelizmente soubemos desse triste fato ocorrido hoje.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Falo em oposição, porque o nosso líder, Ver. Pedro Ruas, ainda está em licença saúde. Não há como nós não falarmos sobre dois ou três temas que são de extrema importância para todos nós — peço licença para tirar a máscara aqui, porque o áudio fica melhor — e que estão preocupando os porto-alegrenses. O primeiro trata do fato de um programa de combate ao Covid-19 em Porto Alegre; o segundo sobre a informação de que a passagem de ônibus, na próxima semana, poderá subir para R\$ 4,70 ou R\$ 4,80 na nossa Cidade, passando novamente a ser a passagem mais cara do País; o terceiro é a reforma da previdência dos municipais.

O secretário de saúde esteve aqui há poucos dias e nos disse que, das oitenta e poucas mil vacinas recebidas, havia realizado em torno de 46 mil vacinas naquela ocasião. Obviamente que, agora, recebido outras remessas, ultrapassa as mais de 100 mil vacinas aplicadas, mas assim mesmo nós percebemos que a média de pessoas vacinadas, em Porto Alegre, é de três mil, três mil e duzentas por dia. Isso poderá nos levar a um tempo muito longo para vacinar toda a população de Porto Alegre,

poderemos levar o ano todo vacinando a população de Porto Alegre. Então cabe aqui um recado ao secretário: é muito importante que seja pleiteado junto ao governo federal, e em o governo federal não dando a vacina, o próprio governador do Estado disse que compraria a vacina. Na campanha foi dito por vários candidatos que também, se não fosse fornecida a vacina em tempo, o Município - quem seria Prefeito, no caso o Melo disse, a nossa candidata também disse - compraria a vacina para agilizar a vacinação dos porto-alegrenses. A gente percebe que esse processo está muito lento. E a vacinação dos idosos, que a partir de hoje poderiam ser vacinados, acima de 83 anos, está muito, muito lenta, e com isso nós vamos ter problema na defesa da saúde e da vida da população porque não é oferecida a testagem, nem mesmo o rastreamento ou monitoramento das pessoas, e neste novo pico que todo mundo está falando, nem leitos de UTI os governos municipal, estadual e federal estão oferecendo, porque a maior parte dos leitos de UTI em toda a rede de saúde está colapsado, isto é, estão, na grande maioria, ocupados. Então é muito importante que o governo se debruce sobre este aspecto para poder dar retorno à população de Porto Alegre.

Por outro lado, nós ouvimos falar do governo em reduzir as isenções, em fazer subsídios ao consórcio de transporte público em Porto Alegre para não aumentar a passagem. Há poucos dias. Mas de ontem para cá o discurso é que neste tempo não será possível, e que, portanto, dirá ao Comtu – Conselho Municipal de Transporte Urbano, para aumentar, autorizar o aumento da passagem novamente a R\$ 4,70 e R\$ 4,80, portanto não há como nós, sem nenhum projeto estratégico do governo, concordar com essa hipótese de que novamente vamos ver um novo gesto do governo municipal em onerar a população, e por isso, obviamente, a oposição é contrária a essa medida. Queremos, sim, discutir uma possibilidade real de subsídios, desde que a passagem baixe, isso é, não onere a população.

Por outro lado, nós ouvimos também o governo empenhado em ouvir inúmeras entidades para ter um certo consenso na reforma da previdência, e este nobre consenso que o governo fala é na verdade chamando seus amigos, seus companheiros, as entidades afins ao governo para poder dizer que dialogou com a sociedade e que, portanto, a sociedade e as entidades concordam com a mudança da reforma da previdência municipal. É neste sentido, e para concluir, presidente, que apelamos ao governo: tem que fazer audiência pública, tem que ter o parecer do conselho deliberativo do Previmpa para saber se de fato há consenso também dos trabalhadores, e não de uma forma açodada, eu diria até irresponsável, apresentar um projeto de lei à Câmara sem dar nenhum tempo mínimo para uma transição responsável, criando uma certa desqualificação dos trabalhadores que ao longo de muito tempo vêm lutando como exemplo de servidor público e que merecem, sim, uma aposentadoria decente, sem ter uma perda significativa agora com um projeto açodado e irresponsável, sem diálogo com a própria categoria. Esperamos que ele receba o Previmpa e todas as entidades que estão na linha de frente e que consigam então um diálogo mais profícuo, e que a Câmara fique atenta e ao mesmo tempo a par do que está sendo negociado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Oliboni. O vereador Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, senhor presidente, pares da Câmara de Vereadores e todo o povo que nos assiste através da TV Câmara ou nos ouve através da Rádio Câmara, quero dizer, na mesma linha do vereador Oliboni, que na questão da passagem de ônibus de Porto Alegre, a cidade, há muito tempo, é refém da ATP. Há muito tempo a gente ouve dizer que poderia baixar a passagem, que poderia ter um novo cálculo da tarifa da passagem de ônibus se tirasse a isenção das pessoas com 65 anos ou mais. Foi tirado. Se baixasse o ICMS. Foi baixado. Se, e sempre o se, e o se vem acontecendo. Só que a pressão da ATP é clara, tanto que o governo optou por judicializar, e fez muito bem nisso, judicializando a questão das passagens de ônibus de Porto Alegre. Eu queria ver a ATP topar ser auditada pelo Tribunal de Contas do Estado, eu queria ver a ATP topar refazer todo o contrato que existe, toda a licitação que existe. Ninguém em sã consciência mantém um negócio, seja ele pequeno ou grande, que não dê lucro, e ATP a cada ano tenta fazer a população de Porto Alegre refém, tenta fazer o governo refém. Isso vem vindo há muito tempo, essa questão de que uma hora tem que aumentar a passagem por causa do salário dos rodoviários - e já falei isso várias vezes -, só que no salário dos rodoviários houve até redução; uma hora tem que aumentar a passagem porque tem isenções, e várias isenções foram tiradas; uma hora tem que aumentar a passagem porque paga muito imposto, e impostos foram tirados. Então sempre tem uma desculpa para aumentar a passagem, mas nunca abre essa caixa de pandora. É necessário abrir essa caixa de pandora, e é necessário que esta Casa que muda a Lei Orgânica do Município, esta Casa que determina uma série de leis da cidade de Porto Alegre, esta Casa que determina como funciona na nossa cidade comece a discutir o sistema de transporte. Eu acho que é urgente e necessário que o governo remeta essa decisão a esta Casa. Nós temos projeto mudando esse Conselho Municipal de Transporte Urbano, este conselho que na sua maioria é interesse da ATP. Se os transportadores de ônibus de Porto Alegre estão passando por necessidades, os transportadores de transporte escolar estão passando necessidades, os transportadores de lotação estão passando necessidades, os taxistas, os motoristas de aplicativo, todo o sistema de transporte, assim como todo o sistema coletivo de Porto Alegre está passando por dificuldade, agora ninguém quer tirar dinheiro da saúde, ninguém quer tirar dinheiro da educação e ninguém quer tirar dinheiro da segurança pública e da infraestrutura como a ATP quer tirar. A ATP quer que a cidade, sem ter um fundo específico para isso, ou se tiver um fundo sobretaxando a população com pedágio no centro de Porto Alegre, sobretaxando a população com recurso da área azul, com as multas de trânsito, esse dinheiro seja transferido para a ATP. Então acho que nem a ATP, nem a Carris, nada tem que usar o dinheiro público, tem que usar o que está no caixa como qualquer empresa. Se nós tivéramos um supermercado, uma farmácia, uma loja de roupas, uma loja de peças, se tivéramos um restaurante, essas empresas não buscam dinheiro público para se manter ou gerar os seus empregos, mas a ATP vive tentando tirar dinheiro do povo de Porto Alegre. Não

cumpriu o edital antigo que disse que tinha que ter ar condicionado em todos os ônibus, que tinha que ter automação em todos os ônibus para as pessoas saberem quando passa esses ônibus, e agora quer ainda tirar dinheiro do povo de Porto Alegre. Então tem que rever os editais, eu acho que tudo isso tem que vir para a Câmara de Vereadores, eu acho que a Câmara é capaz de discutir essa questão do sistema de transporte, acho que a Câmara tem capacidade técnica e conhecimento para discutir essa questão do transporte, não pode ficar somente no Executivo, no conselho municipal, pois nós temos projeto alterando a Lei Orgânica na questão do conselho municipal, incluindo representatividades que não aparecem no conselho municipal e que são necessárias para discutir o processo, principalmente as pessoas mais interessadas na questão do transporte público em Porto Alegre. Não tem como tirar a isenção das pessoas com deficiência, não tem como tirar a isenção dos estudantes de baixa renda, o que tem é que abrir essa caixa de pandora que é o sistema de transporte de Porto Alegre e que o prefeito propõe que tenha uma auditoria externa, e nós propusemos que tenha uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado, que vem auditando todas as prefeituras e governos e têm capacidade de fazer isso. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Vereador Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, senhor, presidente Márcio Bins Ely, senhores vereadores e senhoras vereadoras, todos que nos assistem pela TV Câmara, eu ainda não tinha feito um agradecimento aos eleitores, amigos, irmãos que votaram, esses 3.299 votos, e esperamos realmente poder contribuir para nossa cidade, e queremos, evidentemente, ajudar o nosso prefeito Sebastião Melo nestas questões que são enfrentadas, que são muitas, mas acredito no diálogo, e já está demonstrado, nesta aproximação do Executivo com o Legislativo, é inegável que o prefeito quer discutir a cidade, seus problemas e soluções. Lógico que haverá um grande embate e também debates, pois são posicionamentos e ideologias diferentes, mas acredito que todos nesta Casa querem o melhor para nossa cidade. Quero também dizer que esse vai ser um mandato de muitos desafios, pois temos muitas questões pela frente que são importantes para serem resolvidas, como por exemplo a regularização fundiária, mobilidade urbana, e também a humana, e também a questão da previdência. Precisamos ter um olhar também para os empresários que geram renda, pois vemos de forma lamentável tantos prédios comerciais, que em função já da dificuldade econômica que havia e muito mais agora em função da pandemia, que estão vazios, empresas que fecharam, e foram muitas da nossa cidade também. Gostaria também de um olhar especial do Executivo quanto à liberação dos projetos de construção que travam as obras de nossa cidade e a morosidade com que esses projetos são liberados, com isso jogando muitos empresários da construção civil para as cidades da Região Metropolitana. Este é um olhar muito importante do Executivo, é necessário e essencial,

pois traz renda, traz divisas para o Município, ele avança ou trava o desenvolvimento da nossa cidade. E também não tem como fugirmos do enfrentamento do transporte público, pois o nosso modelo já está completamente defasado e precisamos de um novo modal para isso e inclusive desvinculando o aumento das passagens de ônibus com as lotações, aliás as lotações de Porto Alegre que já há algum tempo - e o vereador Claudio Janta volta e meia fala sobre esse assunto com muita propriedade e muito conhecimento - estão penando, e entendo que uma capital como a nossa, somando, interligada com a Metropolitana, deveria, inclusive, fornecer todos os subsídios de projetos para que as várias modalidades de transporte que nós temos, que são transporte público por metrô, ônibus, e lotações, ônibus articulado, táxi, Uber, também o transporte escolar citado pelo vereador Claudio Janta, não tem como não enfrentar nesta nossa Legislatura, nesse nosso período, as situações de frente, de cara e realmente procurar soluções; não adianta ficar empurrando com a barriga soluções que precisam ser resolvidas. E cada vez mais a gente vê o atraso e as dificuldades que há em função desta questão da passagem. Sabemos que ela é cara e muitas vezes não é suficiente. É muito importante também que seja feita, com um olhar clínico, uma auditoria do custo, a quanto chega o fator dessas passagens. Não estamos acusando, falando que exista uma questão de pessoas que possam estar usando esse dinheiro, mas que existe a má gestão, existe. Sempre que há um déficit, alguma coisa está errada. Então quero deixar aqui a minha contribuição, esperamos que logo nós possamos ver soluções práticas e concretas, para que o Município não fique travado como nós estamos vendo há algum tempo. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, vou entrar no tema trazido pelo Ver. Oliboni, que é a questão da vacinação, concordo com o que ele colocou. Algumas ponderações, eu também gostaria de fazer. Ele mencionou que a velocidade da vacinação no Brasil está muito baixa, e eu concordo com ele, a vacinação está realmente baixa, as projeções estão demonstrando que até o final do ano, se não aumentar a velocidade de vacinação, provavelmente, a gente não vai conseguir vacinar nem 70% da população, embora a gente saiba que para 70% da população talvez não fosse tão necessário, se a gente conseguisse dar a prioridade àquelas pessoas de maior vulnerabilidade. Como a gente poderia fazer para aumentar a velocidade de vacinação? Obviamente, a velocidade vai ser aumentada com a maior disponibilidade de vacinas para a população. A gente teve a oportunidade de visitar o responsável pelo sistema de vacinação na cidade, ele está fazendo a separação por categorias, ele não faz toda a vacinação de um grupo para começar a vacinação de outro, por outro lado, faz a separação de quantidades, destina ao hospital para fazer a vacinação dos seus técnicos uma determinada quantidade, e esse hospital, essa UPA, esse posto vai ter que fazer a

declaração para quem foi feita a vacina, se os critérios determinados pela Secretaria e pelo Ministério da Saúde foram cumpridos. É feita uma anotação de quem recebeu, quando vai receber de novo. Essa separação de vacinas, e destinar cada uma para um determinado grupo, é o que garante a celeridade da vacinação na capital. Porque, ao invés de fazer a vacinação primeiro de um grupo, esgotar esse grupo, e depois ir para o próximo grupo, isso, nas cidades onde foram adotados acabou demonstrando um sistema mais lento. Porque a disponibilidade inicial acaba tendo maior adesão das pessoas e, ao longo do tempo, vai diminuindo essa adesão. Se fosse fazer a vacinação por grupos somente, sem fazer essa destinação por núcleos, não teria uma velocidade tão grande. Para conseguir atingir uma vacinação maior, acho que o método utilizado em Porto Alegre é bom, mas para aumentar a velocidade de vacinação a gente precisa de mais vacinas. Aí entra na questão do segundo tema, a possibilidade de os municípios, de o Estado fazer a compra direta. Eu concordo que seria bastante importante fazer a compra direta, o problema é saber de quem comprar, onde a gente consegue comprar na iniciativa privada, se o Governo Federal acabou, até o momento, monopolizando a compra das vacinas. Embora a ideia seja boa, seja importante, poderia acabar trazendo maior velocidade de vacinação, infelizmente o Governo Federal não permite que isso seja feito neste momento. O que é uma grande infelicidade, porque também tem aquela questão das empresas privadas que estão se disponibilizando a comprar, e já foi colocada uma regra no início das conversas que para cada vacina comprada pela iniciativa privada, o governo está exigindo um pedágio, uma retribuição de uma vacina para o sistema público. Embora isso pareça bom - obviamente as pessoas que olham isso vão sentir que é bom -, pode acabar desestimulando as empresas de ofertar, via iniciativa privada, a vacinação para os seus afiliados, para as pessoas que têm condições de comprar. O que é interessante neste debate é que cada vacina comprada pela iniciativa privada é uma vacina a menos que o Poder Público vai ter que entregar. Entregando também de maneira descentralizada, tirando esse peso sobre o sistema público. Eu não acho que seja inteligente o Governo Federal colocar empecilhos para que as empresas possam vacinar seus quadros, os seus afiliados ou mesmo os seus clientes. Porque cada vacina dada pela iniciativa privada é uma vacina a menos que Poder Público vai ter que disponibilizar. Não acho inteligente proibir a iniciativa privada ou colocar muitos empecilhos para que ela possa contribuir, ou mesmo vendendo essa vacina na sua rede. Sobre a questão da priorização, eu acho que é importante a gente tirar de cima da priorização das vacinas a questão sindical que eu tenho percebido que tem aparecido nos últimos tempos: “Ah, porque sou policial, eu mereço”, “Ah, porque sou professora, eu mereço”, “Ah, porque sou cozeiro, eu mereço”. Todo mundo merece, todo mundo precisa ser vacinado. Mas já que se fala tanto em ciência e análise de dados lógicos que possam maximizar a eficiência da imunização, quem são as pessoas que estão mais vulneráveis? As pessoas mais vulneráveis são os idosos, são os portadores de comorbidades. Não acho que faça sentido um funcionário público, um policial, como eu, com 33 anos, merecer receber uma vacina antes, por exemplo, do que minha mãe, que tem 67 anos e tem comorbidades. A questão é, entendo que se formos usar o argumento, que está sendo

usado, que é de utilizar critérios lógicos para aumentar a capacidade de imunização da população, a gente tem que se preocupar, principalmente, neste primeiro momento em que a vacinação é escassa, para as pessoas que têm maior risco de evoluir para óbito. São essas colocações que eu queria fazer, agradeço a oportunidade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigada. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, senhoras e senhores, todos os temas tratados aqui são extremamente importantes, mas os nossos direitos, as nossas prerrogativas como parlamentares, os nossos direitos como cidadãos, eles também são extremamente importantes. E eles foram violados de forma extremamente autoritária ontem à noite. Art. 53: “Os deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, proferida ontem à noite, causou a prisão do Deputado Federal Daniel Silveira, que está preso por crime de opinião. Crime inexistente na Constituição Brasileira. Ele é mais um dos presos políticos da ditadura do Supremo Tribunal Federal. Deputados têm imunidade para se pronunciar e, quando houver excesso por parte desses, o órgão responsável por julgá-los é a Comissão de Ética da Câmara, e não o STF. Alexandre de Moraes se sentiu ofendido e usou do seu poder, como ministro do STF, simplesmente, mandou prender um deputado ignorando a Constituição Federal, lei máxima do nosso País, a qual ele deveria zelar, porque essa é a função dos ministros do Supremo, zelar pela Constituição. Parece que eles esquecem o que estão fazendo lá. Estão lá, parece, só para se proteger. A lei máxima do nosso País, que deveria ser respeitada, não o foi, Daniel Silveira foi preso por dar a sua opinião, gostem ou não do que ele disse no vídeo. Nem a nossa Carta Magna, nem a legislação penal configuram como crime a opinião de qualquer cidadão, especialmente um parlamentar, que está mais resguardado ainda pelo art. 53 da Constituição Federal. O mandado de prisão em flagrante é outra aberração jurídica que deve causar chacota nas universidades, cada vez que esta frase for dita e repetida daqui para a frente, para possibilitar uma prisão ilegal de um parlamentar, perto da meia-noite, por conta da sua opinião sobre integrantes do Judiciário. A gente já percebeu que ninguém pode falar do STF, eles são intocáveis no nosso País; falou deles, cometeu crime. Prisão desta forma ocorre somente, deixamos claro isso, em regimes totalitários, é o que estamos vivendo hoje, o totalitarismo sobre as togas negras. O Senado, após esse escárnio, tem a obrigação de apreciar os pedidos de *impeachment* de membros do Supremo Tribunal Federal, eles não podem ser seres intocáveis e que desrespeitam a Lei Maior do nosso País e que eles deveriam resguardar.

O Brasil toma, sim, um caminho muito perigoso, o que se diz ativismo judicial, na verdade, se tornou nada menos do que ditadura absoluta do Poder Judiciário,

de parte dele pelo menos. Sua Corte máxima usurpa de forma inacreditável e afrontosa os Poderes Executivo e Legislativo; interferem na execução de medidas do Presidente da República e ministros; dá às leis interpretação diversa daquela trazida pelo processo legislativo com sua menos *legis*. Esse inquérito das *fakes news*, que é outra aberração jurídica, e eu tenho dito isso, reiteradamente, nos últimos dois anos: a mesma pseudovítima das calúnias e ameaças faz as vezes de acusador, juiz de 1.º grau, relator e executor. Alexandre de Moraes dá inveja aos facínoras da Idade Média. A prisão de ontem é mais um capítulo deste triste e perigoso passo para uma democracia recente e para a história republicana brasileira. Além de novamente atropelar a competência do Poder Legislativo, conseguem reiteradamente fazer, usurpar o direito dos outros poderes; não há nada mais antidemocrático do que usurpar o direito dos outros poderes. A prisão de ontem foi mais um capítulo triste e perigoso para a democracia, pois atropela a competência do Poder Legislativo, que deve autorizar a possibilidade de cumprimento de prisão cautelar por parte de um deputado no exercício de mandato, ainda considera, numa mesma decisão, um monstro jurídico, alguém em flagrante delito, pasmem, e ao mesmo tempo passível de prisão via mandado. Formalmente, a decisão é uma aberração no mérito, uma tragédia. Dizia Ulisses Guimarães: “A liberdade de expressão é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, banidas ou feridas. A liberdade de expressão é a rainha das liberdades”. Tristes tempos em que um ministro se traveste de vítima, de inquisidor, de julgador, de relator e de executor. E que, além de manobras jurídicas em despachos para tornar legal o que ilegal é, usa do poder que lhe foi conferido por nós, o povo, para praticar vingança pessoal. Tristes e sombrios tempos. E o mais importante, meus colegas, isso abre precedente para os direitos, de qualquer um de nós, serem violados. Abriu-se um tempo negro na política brasileira, e, se a gente não se manifestar agora, os próximos podem ser qualquer um de nós. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, Porto Alegre; boa tarde, povo de luta; venho a esta tribuna, Presidente Márcio, em nome do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, saudar a decisão monocrática do Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Bem fez! Inimigos do povo, inimigos da democracia, inimigos da Constituição têm que estar atrás das grades. É isso que tem que acontecer no Brasil, é isso que tem que ser a ordem do dia nesse Brasil, porque cansamos desse gabinete do ódio, dessas *fake news*, dessa malandragem – essa é a palavra: malandragem! – instalada no Congresso Nacional, pessoas que nunca tiveram responsabilidade com a sociedade, nunca construíram nada, viraram parlamentares naquela onda bolsonarista e agora estão lá envergonhando o povo brasileiro – alguns senadores, alguns deputados. É isso que tem que ser combatido por nós; nós, a Câmara

de Vereadores, temos que saudar isso, porque o homem público tem que prezar pelas leis, tem que respeitar a Constituição. Senão, para que vamos legislar? Para que criar leis, se o cidadão vai lá, ataca a legislação, o Supremo Tribunal Federal, e fica por isso? Não pode ficar por isso. Parabéns ao Supremo Tribunal Federal, que continue atrás das grades, que não tenha *habeas corpus*, esse é um fato real importante.

Quero aqui fazer um pronunciamento pelo escândalo que vimos no programa Fantástico, uma denúncia de um deputado estadual que dizia que era contra a corrupção, que fez campanha em 2018 combatendo a corrupção, e agora tem denúncias, o Fantástico disse que parece que inclusive os assessores pintaram a casa, ajeitaram, fizeram obras, não sei, a Justiça vai investigar, mas é feio, é vergonhoso para nós, parlamentares, ainda estarmos vivendo num Brasil desse jeito. Isso precisa mudar, são estruturas públicas, não são estruturas privadas; assessores não são empregados do vereador A ou B, ou do deputado, que é o caso. Felizmente não foi na Câmara de Vereadores, aqui nós temos dado exemplo, agora, ali em cima, na Assembleia Legislativa – não é, Ver. Leonel Radde? –, parece que a coisa não anda bem, e no Congresso Nacional não preciso nem falar.

Eu quero aqui ressaltar também um outro tema importantíssimo para Porto Alegre. Porto Alegre estava, ontem de tarde, com 92% – Ver.^a Cláudia, você que é membra da Comissão de Saúde – de lotação dos leitos, e o que o governo vai fazer? Tem que se pronunciar! Tem que fazer leitos de campanha, não é possível. O outro não fez, o Marchezan, fechava tudo, fechava comércio, quase *lockdown*; nós não podemos chegar em *lockdown*, nós não podemos chegar! A economia, os trabalhadores, as trabalhadoras não vão aguentar! Ou se tem vacina já, para todos, não dá para esperar o Bolsonaro, ele não está nem aí para Porto Alegre, se depender dele que se danem os gaúchos e as gaúchas. Tem que ter gestão própria da vacina. Nós já fizemos o indicativo, Ver. Jessé – acho que foi encaminhado pela Comissão de Saúde, que o senhor preside –, para que o governo se pronuncie sobre a gestão própria da vacina, isso é responsabilidade coletiva, nós não podemos deixar só na mão do governo, para depois atacar o governo; nós estamos fazendo aqui um movimento, ou o governo faz a gestão própria da vacina e abre novos leitos... Está ali o Beneficência Portuguesa, dezenas e dezenas de leitos no hospital, basta contratualizar, basta fazer isso. Tem outros hospitais que dá para colocar mais leitos, tem mais hospitais aí. Vamos esperar o quê? Essa nova cepa tomar conta de Porto Alegre? O próprio Fernando Ritter já emitiu uma nota dizendo que está circulando a nova cepa em Porto Alegre, que ela é altamente contagiosa, ou seja, mesmo usando máscara e com distanciamento pode contrair, e aí, o que vai acontecer? Aí vamos ter que fechar tudo. Aí vai ser uma tragédia para Porto Alegre. Isso pode ser solucionado quando o governo, com energia, toma uma decisão acertada, que é fazer a leitura da realidade. A realidade é que 12 estados já estão com a nova cepa, e Porto Alegre com 92% de ocupação dos leitos. Para concluir, Presidente Márcio, o governo precisa se pronunciar. Eu gostaria de ouvir aqui a liderança do governo, os demais vereadores, sobre este tema, porque daqui a quinze dias, quando vier a bomba do carnaval, porque as pessoas... Ontem eu circulei pela cidade, Porto Alegre estava vazia; recebi fotos das praias, lotadas. Então o vírus vai circular pelas

pessoas que estão voltando no dia de hoje, e aí? O que nós, servidores públicos, vamos fazer? Esperar as filas dos hospitais aumentarem? Não podemos fazer essa leitura rasa, vamos nos atentar a esse tema para depois não reclamarmos do caos na economia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado. Boa tarde, Presidente; boa tarde todas e todos que nos acompanham, penso que o nosso plenário não pode ficar à parte de discussões que são estratégicas para a liberdade de expressão e para a defesa das garantias constitucionais da democracia do nosso País. O que falou a Ver.^a Fernanda Barth é um absurdo. O que aconteceu na noite de ontem foi, na verdade, uma reação tardia do STF contra um político que deveria estar preso há muito tempo, quando ele teve a sua primeira ação, que o catapultou para nível nacional, que foi quebrar a placa em homenagem a Marielle Franco. Eu não sei, Ver.^a Fernanda Barth, qual sua opinião sobre isso, mas, creio que quando tu falas num tempo negro... (Problemas na conexão.) ...lideranças negras do nosso País, executada pela milícia de Jair Bolsonaro, e este deputado rasgou seu nome em praça pública para se catapultar ante uma onda de ódio. Quem defende miliciano, quem defende AI-5, tortura, assassinato de opositores, não deve ter lugar numa sociedade que se diz minimamente democrática. O PSOL... (Problemas na conexão.) ...de que nós vamos defender o que ainda resta de liberdade democrática no nosso País. Os bolsonaristas – especialmente o Presidente, liderança máxima desse movimento autoritário, fascista – estão tentando criar uma interpretação que extrapola o conteúdo do princípio constitucional da liberdade de expressão, numa retórica que permite o direito à mentira, à falsificação, à propagação com discurso de ódio, e isso não consta na nossa Constituição, muito pelo contrário: liberdade de expressão e imunidade parlamentar não são ilimitados para ter abuso de poder. Por isso o Daniel precisa continuar preso, para dar um recado à nossa sociedade, de que aqui nós vamos respeitar o que ainda resta de liberdade democrática. A prisão do Daniel Silveira, ontem, gerou um estardalhaço de alguns dos seus seguidores, mas nós precisamos entender em que contexto ele está. Em 2020, nós tivemos movimentos que tocaram foguete no STF, protestos acontecendo em todo o País, exigindo o retorno da ditadura militar. Aqui na cidade de Porto Alegre nós demos um exemplo, nós fomos a essas manifestações que aconteciam em frente ao quartel-general do Exército, ao comando da Brigada Militar, e falamos que defender democracias é um princípio básico, defender os direitos sociais em meio a uma pandemia que já gerou mais de 230 mil mortes é um dever de todos aqueles que têm algum comprometimento com o nosso País. Infelizmente declarações como a que nós ouvimos aqui na tribuna, como as várias que estão sendo feitas hoje por todo o País, ignoram que o Brasil vive, desde um incentivo do Palácio do Planalto, com o risco de

uma ruptura institucional, um desrespeito ao equilíbrio de poderes, um desrespeito à participação popular na política, por isso a votação que acontece nesta tarde no STF precisa manter essa prisão. Os ministros têm que ter uma posição rigorosa e exemplar para que o bolsonarismo, a começar pelo Presidente, deixe de achar que pode falar o que pensa para propagar ódio, para propagar violência, para defender assassinato, tortura, para defender que o Brasil volte à época em que o lugar de opositores era no porão, sofrendo todo o tipo de violência. A Câmara dos Deputados também, se esse tema for ao plenário, precisa dar esse recado; não podemos mais aceitar declarações como a do filho do Presidente Bolsonaro que disse que fecharia o STF com um cabo e um soldado, isso é um absurdo, isso faz com que o Brasil hoje seja visto pelo mundo inteiro como um país onde reina o autoritarismo, e nós não podemos permitir isso aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em nível nacional e em nenhum lugar do nosso País. O Daniel tem que ser cassado e tem que continuar preso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, boa tarde a todos, nesta segunda-feira e terça-feira de carnaval eu estava na Prefeitura de Porto Alegre conversando com os representantes dos servidores – tanto na segunda quanto na terça-feira. Houve a apresentação, uma prévia do projeto de reforma da previdência municipal que vai acompanhar a reforma da União e dos estados. Eu fiquei muito triste, porque eu sou servidor estadual, e minha aposentadoria foi postergada em mais de dez anos com a reforma estadual. Eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade, estou com 41, sei que parece bem menos, mas eu trabalho há 27 anos, e infelizmente foi postergada a minha aposentadoria em 10 anos. É inevitável que nós tenhamos que fazer uma reforma municipal, eu adiantei para o prefeito, para o vice e para os técnicos da Fazenda que pretendo votar favoravelmente, desde que haja uma regra de transição para os servidores cuja aposentadoria está próxima. Nós temos servidores que falta um ano, um ano e meio para se aposentarem, e nós temos que ter um olhar diferenciado para esses servidores. Queria passar esse recado importante, a reforma da previdência municipal é um assunto muito importante, é um assunto muito polêmico, como eu fui, durante muitos anos, representante das entidades de classe da segurança e dos servidores, eu tenho recebido dezenas de mensagens, mas, infelizmente, há um déficit. A culpa dessa reforma não é dos servidores, os servidores são heróis que carregam pesado o piano da administração pública em todas as áreas. Mas é uma realidade. A expectativa de vida das pessoas aumentou e muito, e o sistema não consegue comportar. Então quero trazer esse tema para reflexão dos colegas vereadores para que possamos achar mecanismos para poder atenuar essa reforma, que é ruim por um lado, para os servidores, mas é necessária para o equilíbrio das contas de quem mora em Porto Alegre.

O que eu ressaltei na segunda e na terça de carnaval é que nós precisamos mandar um recado para as pessoas que trabalham na iniciativa privada, pois afinal de contas 65% das pessoas se aposentam com salário mínimo; então nós temos que dar um recado para quem trabalha na iniciativa privada: “Nós, no serviço público, temos bons salários, temos paridade, integralidade, mas nós vamos passar um recado para vocês que nós também vamos fazer a nossa reforma municipal, assim como foi feito na União e no Estado do Rio Grande do Sul”. É isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas; boa tarde ao público que nos assiste. Eu não viria falar aqui, mas fui instada pelo Ver. Jonas a respeito da liderança do governo para falar sobre vacinas, sobre a saúde do povo de Porto Alegre. Tenho a dizer não só para ti, Jonas, e aqui está o nosso líder do governo, o Cecchim, tenho certeza também que ele o falaria, que o secretário de Saúde, Sparta, assim como toda sua equipe, está trabalhando diuturnamente para melhor atender a população de Porto Alegre. As vacinas estão sendo aplicadas, *drive-thrus* estão sendo dados como opções para as pessoas poderem ser vacinadas, principalmente as pessoas mais idosas. Mas também nós temos que falar do antes da doença. No momento em que aqui vereadores do PSOL entram na justiça para proibirem a utilização de medicação, e aqui não vou falar de qual tipo de remédio, porque cabe ao médico e ao paciente, Ver. Cecchim, decidir o que vai tomar; quando aqui o PSOL faz uma ação popular com medida cautelar para cancelar, Ver. Jessé, remédios a serem entregues nos postos de saúde, isso é criminoso, porque a pessoa que vai ao posto de saúde está doente e quer ser medicada, seja pelo remédio A, B ou C. É criminoso esse tipo de atitude, porque quem está doente, Ver. Gilson, quer melhorar, não interessa o que vai tomar. Não podemos estar politizando remédios, o que, infelizmente, ainda aqui nós continuamos fazendo. E mais, o prefeito Sebastião Melo e o vice Ricardo Gomes vieram aqui e deixaram bem claro: não houve gasto por parte da Prefeitura na compra da medicação, que foi trazida pelo governo federal. Agora, tem vereadores aqui que querem decidir o que as pessoas podem ou não tomar, e isso é um absurdo. E aí, vem o Ver. Jonas me falar apenas de vacinação. Vamos falar mais! Eu quero ver o senhor vir aqui e falar dos remédios que não foram entregues, que não podem ser entregues, das pessoas que não podem se medicar. Vamos falar mais! Mas vamos falar sobre coisas que estão acontecendo e coisas que acontecem saindo desta Casa.

Agora, eu tive o desprazer de ouvir o Ver. Matheus com a sua concepção de que é crime ter opinião. Eu não vi ainda, no Código Penal, nenhuma tipificação de crime que diga ser proibido ter opinião. Independentemente do que falou ou não o deputado federal – em muitas coisas eu nem concordo –, ter opinião não é crime. A

partir do momento em que nós, parlamentares, tivermos que estar cuidando as nossas palavras aqui desta tribuna, ou seja, na Câmara Federal ou no Senado, porque alguém, algum ministro do STF pode entender como um crime, aí nós vamos estar correndo um grande perigo. Mais do que isso, as concepções de crime aqui para vereadores são diversas. Para mim, não é crime ter opinião; para mim, é crime invadir a Câmara de Vereadores, ficar pelado e fazer coisas horrorosas aqui dentro; mas tem gente que não acha. São concepções diversas e, muitas vezes, hipócritas, Sr. Presidente, que nós vemos aqui. As palavras são mastigadas por alguns vereadores aqui de tal forma que elas fiquem palatáveis, eu não engulo!

Qualquer criança, por menor que seja, sabe o que é certo e o que é errado, então vamos ser mais maduros. Maturidade é o que Porto Alegre precisa, com vereadores que falem, que trabalhem em prol do cidadão, não contrários. Aqui, nós temos, sim, que falar sobre todas as coisas, o que acontece em nível nacional, estadual e aqui no Município, mas que nós sejamos sempre a favor de Porto Alegre. Não é porque está o prefeito Melo, porque está o vice Ricardo Gomes, porque está o presidente Bolsonaro é que nós vamos querer que o barco afunde. Nós precisamos ter melhores parlamentares falando com seriedade o que acontece no dia a dia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Só parabenizar a Ver.^a Nádia, concordo com tudo o que ela fala; parabeno também a Ver.^a Fernanda pelas colocações.

Só uma questão, presidente, embora não tenhamos tido um feriado formal – nem existe feriado formal de carnaval –, o pessoal está retornando de viagem. Eu sei que alguns colegas não conseguiram chegar a tempo para passar em casa e pegar o terno completo. Peço que o senhor nos libere da obrigação de usar gravata no dia de hoje. Talvez seja mais adequado para o pessoal poder se pronunciar da tribuna.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, está deferido. Muito obrigado. Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à chamada para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h20min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Daremos início à eleição para o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A Mesa recebeu a candidatura ao cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre do Ver. Claudio Janta e da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Em votação. Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Ver. Claudio Janta: 26 votos **SIM** e Ver.^a Karen Santos: 10 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro eleito e empossado o Ver. Claudio Janta para o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Vereador Claudio Janta (SD): Obrigado a todos os colegas pelo voto e a confiança de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Claudio Janta, os meus parabéns.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0159/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue cargos efetivos, cria cargo em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 014.00009/2021-40)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PR nº 012/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado. A votação que nós tivemos é uma confirmação do que eu falava na semana passada do acordo que foi feito para um preenchimento do comando da Câmara dos Vereadores, um acerto entre os partidos que, na verdade, estão sustentando o governo Sebastião Melo. E este projeto que está em discussão é um projeto que agora concretiza a disponibilização dos cargos para as funções criadas para acomodar os interesses partidários. É por isso que nós vamos votar contra, e me chama atenção, eu acho que é importante que a gente registre isso, que a Câmara dos Vereadores, às vezes, promove debates com muito baixo nível. Eu não vou deixar passar a intervenção da Ver.^a Nádia. Eu falo da Ver.^a Nádia, porque ela é a vice-líder do governo, então, na verdade, eu estou falando do governo, não simplesmente da intervenção de uma vereadora. Estou falando da intervenção oficial do governo na Câmara dos Vereadores e a intervenção do governo na Câmara dos Vereadores defende, por exemplo, a utilização de medicamentos comprovadamente prejudiciais à saúde das pessoas. A justiça deu ganho de causa para o PSOL, e a Ver.^a Nádia, vice-líder do governo, vem dizer que a atitude do PSOL é criminoso e não o seu governo que é criminoso. Aliás, não me estranha que a Ver.^a Nádia tenha uma total inversão de valores. A mesma Ver.^a Nádia, que acabou de defender na tribuna, este, sim, um criminoso, este deputado federal bolsonarista, que foi preso e que hoje, por 11 a 0, o Supremo Tribunal Federal confirmou a prisão desse malfeitor que é esse deputado de extrema-direita bolsonarista do PSL, parceiro da vereadora que é líder do governo Melo. Por isso que me chama muita atenção isso, é o governo Melo infelizmente incorporando uma ideologia bolsonarista...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador Robaina, peço que o senhor se atente à pauta, por gentileza.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Uma ideologia anticientífica. E agora nós estamos começando a ver uma ideologia que tem empregado o desacato à lei, a desobediência! Por isso que não fizeram como deveria ser feito em relação à Mesa Diretora, por isso autorizam a compra e o gasto de recursos públicos em medicamentos que não são para o combate à Covid-19 e por isso a vice-líder do governo elogia um malfeitor, um canalha, um sujeito de extrema-direita, que por 11 votos a 0...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, lembrando que o projeto em discussão é o PR nº 012/21. O senhor se atente à discussão do projeto, por gentileza.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Estou nisso, Márcio, porque ele tem muita ligação com isso que eu estou dizendo, porque ele também é a

expressão de um descumprimento de lei, da lei que garante a proporcionalidade na Mesa Diretora. E vocês, infelizmente, tu, sendo um membro do PDT, estás dirigindo este processo de acordo político contra o qual nós nos insurgimos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Robaina.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PR nº 012/21.
(Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PR nº 012/21.

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente, eu quero manifestar a minha opinião. No meu entendimento da reunião de líderes é de que nós iríamos priorizar a votação daquelas frentes que não tinham nenhum tipo de conflito com as anteriores, embora o Regimento tenha um entendimento bem claro sobre isso. Por isso nós demos acordo, e eu entendo que as frentes atuais ficariam para um segundo momento. Nesse sentido, eu solicito que nós façamos um acordo com os líderes e com os proponentes, no sentido de que a gente pudesse resgatar aquilo que já foi construído ao (Problemas na conexão.) É importante para o bem andamento da Casa e para que não haja nenhum tipo de constrangimento, melindres em relação àqueles trabalhos já constituídos, até que possa ter a continuidade daquilo que já foi apresentado. Pelo menos foi isso que nós construímos na última reunião de líderes. Acho que o Diretor Luiz Afonso tem isso bem claro e, em contato com outras lideranças, também foi esse entendimento. Comissões que foram apresentadas e outras que foram desarquivadas em que há conflitos, nós daríamos um tempo e o resto nós votaríamos com a maior tranquilidade, apesar de termos pouco tempo, já que a secretária de Educação já está chegando para o período de Comparecimento. Mas, mesmo assim, sugiro que nós votemos e façamos um bom debate sobre as frentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, Vereador. Obrigado.

O Ver. Mauro Zacher está fazendo um encaminhamento, acha oportuno que a gente possa dar sequência àquela nossa reunião de líderes, que trazia um indicativo, então, é importante a opinião dos líderes. Vereadores, acho importante que a gente possa tentar consensuar minimamente aqui.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, meu encaminhamento é no mesmo sentido. Então, pergunto se não é mais adequado o que ele propôs. Há uma tradição de aprovação quanto a essa questão das frentes, já que ela compete ao vereador-proponente, isso a gente aprendeu na tradição da Casa, e eu acho muito adequado. Embora os vereadores queiram que os projetos andem o quanto antes, eu entendo que seria adequado que a Mesa, as lideranças, costurassem melhor esse acordo para que, quando a gente for aprovar, a gente aprove tudo rapidamente e não paralise os trabalhos aqui para ficar discutindo sobre as frentes. Então, a gente daria um aval geral e cada vereador saberá conduzir da melhor forma possível. O ideal é que se votasse hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Já é um encaminhamento diferente do encaminhamento do Ver. Mauro Zacher, que tem um entendimento de que as frentes anteriores deveriam ser analisadas antes. Ou seja, pede preferência para as frentes parlamentares que vêm sendo desarquivadas em detrimento as que foram protocoladas mais recentes.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, nós, na reunião de líderes, na semana passada, tínhamos, inclusive, o entendimento que foi unânime e que tinha alguns precedentes. Primeiro, prevalece a frente que quem já estava trabalhando, em tese, sobre o mesmo assunto, desde que o vereador ou vereadora a desarquivasse. Ponto. Isso não é mais problema, é um entendimento claro e preciso. Por exemplo, se eu tenho uma frente que trata do SUS, eu não preciso nem votar, eu peço para desarquivar. Há um entendimento nesse sentido

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O problema é a anterioridade e o momento do pedido, vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Segundo, com relação às frentes novas que, a partir do dia 1º de janeiro, foram protocoladas, prevalece a data de quem solicitou, isto é, tem precedente de quem encaminhou primeiro. Se eu, Ver. Oliboni, encaminhei uma frente antes do Ver. Márcio Bins Ely por um dia, prevalece a minha, porque eu encaminhei primeiro. Parece-me que é claro isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Se fosse claro, nós não estaríamos debatendo aqui, vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu digo claro em relação à minha posição.

Terceiro, se tem entendimento, eu acho que as frentes são um momento do vereador, que faz um trabalho de militância com a sociedade e acha que aquilo é importante, nós temos que valorizarmos a frente do vereador ou da vereadora solicitada.

Portanto, creio que nós poderíamos, e entendo o entendimento, votarmos em bloco para poder facilitar os trabalhos. Obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, tendo em vista que a Secretária de Educação, Professora Janaina, já está aí, eu sugiro que a gente debata essa matéria na reunião de líderes que acontecerá na quarta-feira da próxima semana.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Só na quarta-feira, mas na segunda teremos votações.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Então, votemos na segunda.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mas aí vamos tentar uma construção...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): A secretária já está aí. Eu acredito que nós devemos ter mais premência nessa questão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Obrigado.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu concordo, presidente, até porque eu acabo de saber que, neste momento, nós temos 50 frentes, não são mais 30. Nós vamos esvaziar as comissões. É humanamente impossível para uma Câmara Municipal atender 50 frentes. Eu acho que esse assunto não pode ser votado assim, tem que ser debatido. Então, endosso o que disse a Ver.^a Nádia para que, na próxima reunião de líderes, conversemos sobre isso.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, apenas para corroborar com a visão da Ver.^a Nádia. Acho que nós poderíamos encaminhar, na reunião de líderes, uma votação sobre o entendimento da anterioridade e, assim, a gente já resolve essa questão, que, pelo que estou vendo, é um imbróglio entre as diversas bancadas, e, na sequência, a gente pode, já na próxima quarta-feira, encaminhar uma votação em bloco dessas frentes parlamentares.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): As lideranças estão de acordo? (Pausa.) Então, agradeço a compreensão de todos, em consideração a presença da secretária, dou por encerrada a Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h47min: Encerrada a Ordem do Dia.

Hoje temos o comparecimento da Sra. Janaina Audino, Secretária Municipal de Educação. Agradeço a sua presença, em especial, com a perspectiva da volta às aulas

na segunda-feira, o que é muito importante, muito relevante, é um assunto em destaque a ser debatido hoje na Casa. Desde já, convido a secretária a fazer parte da Mesa.

A Sra. Janaina Audino está com a palavra.

SRA. JANAINA AUDINO: Primeiramente, eu quero agradecer o convite de estar nesta Casa. Eu sei que eu tenho muitas agendas com vocês a serem marcadas, mas, como todos os vereadores devem estar acompanhando, a Secretaria de Educação tem sido uma das secretarias mais requisitadas em função do nosso prejuízo com o fechamento das escolas em 2020, e dessa nossa proposta de reabrir as nossas escolas. Acho que é importante colocar que, no início de uma gestão, a gente tem algumas heranças, como toda troca de gestão tem. Mas tem algumas heranças complexas, e uma delas foi a questão dos terceirizados, que a gente contou muito com o apoio dos vereadores para aprovar o nosso PL. Vocês vejam que a gente fez um movimento para que aquele PL andasse dentro de um cronograma praticamente impossível, mas nós conseguimos vencer essa etapa. Estamos exatamente hoje selecionando as pessoas que serão nomeadas a partir de amanhã, e, no sábado e no domingo, nós estamos fazendo esse mutirão de limpeza para as nossas escolas poderem ser abertas na segunda-feira com todos os cuidados, considerando todos os protocolos. Já quero agradecer a todos vocês que nos ajudaram nessa força-tarefa de poder encaminhar esse PL, para que a gente pudesse suprir essa necessidade dos terceirizados. Junto com isso, a gente fez a apresentação da estratégia, na semana passada, para os diretores e para os nossos dirigentes, apontando o que a gente considerou nesse estudo. É muito importante a gente destacar que a gente considerou três eixos muito importantes. Primeiro, são os protocolos sanitários. Todo o nosso material, quem teve oportunidade de olhar esse material com calma, traz um estudo pautado em todas as normativas, em todos os decretos vigentes. Ele traz toda a preocupação que é a gente retomar as aulas presenciais com todos os cuidados que a gente precisa ter. Um segundo eixo, nós fizemos uma coisa que muitas redes de ensino não tiveram tempo de fazer e nós conseguimos, em cima das plantas das escolas, pegamos uma escola como modelo, fazer uma proposta considerando o projeto arquitetônico dessa escola, para a gente discutir a real necessidade de capacidade da escola. É muito complicado a gente definir o percentual de capacidade quando a gente não olha a escola, quando a gente não leva em consideração a estrutura física da escola. Nós sabemos que nós temos escolas pequenas, médias e grandes. Então isso vai movimentar a capacidade que a gente pode atender. E um terceiro ponto, não menos importante que os demais, é que nós conseguimos planejar também uma proposta pedagógica considerando olhar os alunos que ficaram afastados da escola em 2020.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. JANAINA AUDINO: Nas primeiras telas, a gente só quer trazer para a sociedade uma discussão que é muito importante. Nós destacamos quatro pontos. Qual foi o impacto que nós não conseguimos medir, em termos de Brasil, em termos de

mundo, das nossas escolas estarem fechadas em 2020? Um primeiro ponto que eu trago é a situação das desigualdades sociais. Vocês sabem, vocês percorrem todos bairros de Porto Alegre, vocês estão acompanhando que a gente está vivendo um momento muito difícil em função da pandemia, quando as desigualdades sociais se acentuaram. Escola fechada é criança na rua; escola fechada é criança na sinaleira; escola fechada não se alimenta, esse é um outro ponto que nós trazemos aqui. Nas nossas escolas municipais, as merendas são muito boas. Eu convido todos os vereadores a percorrerem as nossas escolas. Para as nossas famílias, às vezes, para muitas famílias, aquela alimentação é a única refeição diária dessa criança. Outro ponto que nós destacamos, além das desigualdades sociais, é a defasagem escolar. Para quem não sabe, eu sou pedagoga de formação, a gente tem vários indicadores educacionais que mostram os desafios da educação não só no Brasil, mas no mundo. O Brasil enfrenta três indicadores muito importantes para a gente considerar. O primeiro deles é a defasagem escolar. Como é que a gente contabiliza a defasagem escolar? Quando a criança tem dois anos de distorção idade/série. Acho que muitos aqui têm filhos, não é? Quando os nossos filhos reprovam no colégio, eles entram para a taxa de distorção idade/série. Isso quer dizer o quê? Que eles não estão acompanhando o fluxo escolar que aquele aluno precisava ter para concluir a etapa que ele está estudando, seja lá na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio. Nós temos, no Brasil, uma alta taxa de distorção idade/série. Com a pandemia, com o fechamento das escolas, a gente tem esse dado acentuado, por quê? Primeiro, vou falar das crianças dos anos iniciais. A gente não alfabetiza criança a distância, a gente não consegue alfabetizar aluno por meio remoto. E os pais, muitos pais, tiveram essa responsabilidade em 2020, de dar conta de acompanhar os seus filhos. Então, vocês vejam, a educação é muito mais complexa do que a gente imagina, e que bom que a gente está tendo este espaço de discussão.

Um outro ponto que eu já comentei também é a questão da alimentação. Então, neste primeiro momento, este material apresenta os impactos que a gente tem de escola fechada. Um segundo ponto é um indicador que eu trago também, que é o abandono escolar. Por que os alunos abandonam as nossas escolas? Tem várias pesquisas, vários estudos que demonstram alguns pontos interessantes para a gente discutir. Primeiro, que alguns adolescentes precisam ir para o mercado de trabalho trabalhar, ajudar as famílias a se sustentarem. Esse é um indicativo de que os alunos também abandonam. Um segundo indicativo que os alunos abandonam é que a escola não é atrativa para reter os nossos alunos, eles mesmos falam: “A escola não é legal, aqui é chato estudar”. Então a gente tem aí um grande desafio também de tornar os nossos espaços educativos, as nossas escolas mais atrativas para os nossos alunos. Também a gente tem um grande desafio que é aproximar a nossa proposta pedagógica à realidade das crianças e dos adolescentes que a gente tem hoje. Hoje a maioria das nossas escolas da rede municipal de educação, elas estão localizadas em bairros mais vulneráveis da cidade. Todos os nossos professores, quando fazem o concurso público, sabem a situação que eles vão enfrentar. A gente, quando se inscreve num concurso, tem que entender a realidade que a gente vai enfrentar. Não são as melhores, eu sei, como secretária de Educação, já trabalhei muitos anos na Secretaria de Educação do

Estado, já percorri a iniciativa privada, venho da iniciativa privada, mas a gente sabe que muitos desafios a gente têm no público, mas muitas coisas boas a gente consegue fazer também. Então, vejam, esse material é um material que apresenta uma estratégia com uma orientação para as escolas abrirem, considerando esses três eixos importantes que eu trago para vocês.

Pensando no cenário do retorno presencial, nós fizemos vários movimentos de orientação, de acompanhamento de como seria a abertura dessas escolas. Essa parte inicial, é todo o contexto que eu trouxe para vocês com dados. Um dado muito importante que nós estamos levando em consideração é um estudo que mostra que a contaminação representa, dentro das escolas, em torno de 8% de idade abaixo de 18 anos. Esse é um dado muito importante, quando a gente pensou em reabrir as escolas e o atendimento presencial. Aqui, gente, nós levamos em consideração esses três cenários que eu apresentei para vocês. Também fizemos todo o indicativo da parte dos protocolos sanitários, distanciamento social, sinalização dos ambientes, uso de espaços ao ar livre, uso de máscara e entramos, então, no monitoramento e da gestão de risco. Nós criamos essa planilha por escola, ela está em tempo real, vocês podem clicar lá. A partir do dia 22, nós vamos acompanhar todas as escolas, os casos suspeitos, os casos confirmados de alunos, professores e funcionários, porque aqui vai nos dar condições de fazer um acompanhamento diário em tempo real, para tomar a ação necessária: se vamos ter que fechar a escola, se vamos ter que aplicar testes, então, aqui é um instrumento muito importante para o nosso monitoramento. Nós fizemos um estudo da organização dos espaços. Como eu disse para vocês, a gente pegou a escola Liberato, estudamos toda a planta baixa da escola, indicando quantas salas de aula tem cada escola. Aqui é muito interessante porque, quando o decreto diz que a gente tem que ter um metro e meio de distância, a gente considera o quê? Um e meio do aluno, um e meio da classe? Então, nós orientamos as escolas que é um e meio da classe, e a gente tem que tirar desse espaço físico aquela área que está ocupada: o armário, o espaço do professor. Mas, vejam, isso é muito relativo em cada escola. Então é muito difícil uma secretaria determinar que o retorno presencial tem que ser de 30 ou 40%. O retorno tem que ser condizente com aquele espaço físico. Nós orientamos que todas as escolas fizessem o seu estudo e preenchessem uma fórmula que nós criamos que possibilita à escola mapear todas as salas de aula que elas têm e a metragem. Eles tiraram a metragem, isso já está funcionando, para entender a capacidade real da escola. Vejam na prática como é que isso fica. Isso foi feito também para os refeitórios, garantindo o distanciamento. Aqui um modelo aplicado do refeitório em cima da nossa escola Liberato, modelos de cartazes.

Nesta planilha, nós temos esse acompanhamento real. Da mesma forma que acompanhamos os casos da Covid, nós temos a planilha por escola, por turno – manhã, tarde e noite –, e, mediante aquele preenchimento da metragem da sala de aula... Vamos pegar este espaço como exemplo: medimos a largura, medimos o comprimento e jogamos na fórmula. Isso indica a capacidade de pessoas que podem estar aqui dentro, conforme o decreto. Então vocês vejam, no nosso estudo diz o seguinte: algumas salas de aula, que são maiores, que têm espaço para 32 alunos, a capacidade nos permite 14;

em outras salas, onde a gente tem 24, porque a gente tem móveis, porque tem a biblioteca, porque a gente tem um cantinho de leitura, às vezes, a gente consegue atender só 8. Então, é em cima dessa planilha aqui que a gente precisa se basear quando a gente fala em capacidade de retorno presencial.

Voltando aqui, só para mostrar para vocês o modelo já aplicado lá na Liberato, a Ver.^a Pimentel conseguiu fazer uma visita e pôde observar o trabalho que nós já fizemos lá, deixamos essa escola toda prontinha. E aqui uma questão de resumo, de organização dos espaços, que é muito importante para a escola, conforme o decreto. Também fizemos todos os protocolos de infraestrutura e insumos, mostrando aqui o repasse de recursos que nós fizemos. Vocês vão ver que a gente tem um saldo nas escolas, as escolas viram o ano com um saldo, fizemos um repasse trimestral, que foi o primeiro, e estamos fazendo um repasse da Covid, que é somente para a compra de insumos.

Esta planilha aqui também é importante. Nós estamos acompanhando todos os insumos necessários: álcool em gel, papel higiênico, papel toalha, tudo que a escola precisa, e suas quantidades, para repor aquilo que a gente precisa mandar para a escola. Vocês podem também acompanhar aqui pelos *links*.

Cenário para a reabertura das escolas. Aqui entra uma questão importante para gente conversar. Nós não temos condições, na rede municipal de Porto Alegre, de retomar aula remoto e o ensino *on-line*. Quem acompanha o dia a dia das escolas sabe que as nossas famílias não têm condições de equipamentos e não têm acesso à internet. “Por que revezamento alternado, secretária?” Porque o revezamento alternado nos resolve um problema: o retorno do vínculo da criança. Um grupo vem na segunda, o mesmo grupo que vem na segunda, vem na quarta. O grupo dois vem na terça e na quinta, e na sexta a gente consegue fazer um movimento também de reforço escolar. “Secretária, mas por que não um grupo uma semana e um grupo na outra semana?” Pelo distanciamento do vínculo. A criança longe da escola por uma semana possibilita que ela esteja na sinaleira, possibilita que ela esteja vendendo drogas, possibilita que aconteça um monte de coisas na sua família. É muito tempo. Esse retorno do vínculo para nós é muito importante. As crianças precisam retornar e precisam ter gosto de voltar a estudar.

Aqui a gente apresenta os cenários da educação infantil, que vocês sabem que é diferente do ensino fundamental. Aqui tem toda a programação dos grupos, considerando que a gente tem áreas nos anos iniciais. O que quer dizer áreas? Entram a matemática, história e geografia, o que tornam o nosso revezamento alternado um pouquinho mais complexo, mas é possível de fazer, é isso que nós estamos indicando nessa orientação.

Nós criamos, junto com a secretaria da Covid, um termo muito importante, porque o nosso ensino não é obrigatório. Isso é importante. O que nós estamos defendendo é que as nossas escolas precisam estar abertas e as famílias têm que se sentir à vontade de mandar seus filhos. Agora, vejam bem, a gente precisa entender da família por que ela não quer que o filho retorne. Então a gente criou um termo, justamente para fazer esse levantamento, porque a família precisa se comprometer de

pelo menos um responsável ir buscar esse material dentro da escola, porque se a família não faz isso, não faz esse movimento, nós somos acionados pelo Ministério Público, pelo Conselho Tutelar, porque a gente sabe que criança precisa ter um acompanhamento escolar. Então, aqui, um ponto bem importante do nosso estudo.

Na questão de gestão operacional, nós estamos prevendo um calendário de serviço de nutrição diferenciado. O cardápio já foi enviado para as nossas escolas hoje, é diferente da gente poder fazer todo aquele detalhamento da merenda, então nós estamos trabalhando com um cardápio simplificado. Aqui nós orientamos também todos os serviços de limpeza, como deve ser a frequência, limpando duas vezes por turno, todas as orientações necessárias.

Gestão de pessoas. Já fizemos um levantamento da nossa rede, dos professores que estão no grupo de risco: de 4.300 funcionários e professores, nós temos 349 que estão no grupo de risco, e aí nós já adotamos uma ação de contratar professores em período temporário, para suprir. Dos 292 que estão no gráfico, que são ativos de sala de aula, já encaminhamos a contratação de 178.

E aqui, para finalizar, a nossa preocupação do foco da aprendizagem, considerando proposta curricular, o retorno do reforço escolar, da avaliação diagnóstica, para a gente poder, de fato, acompanhar os nossos alunos.

Eu quero trazer aqui um resgate que nós estamos fazendo na rede municipal de Porto Alegre, que é voltar a fazer as formações pedagógicas, vinculadas à rede. Nós estamos chamando esse projeto de a voz e a vez do professor. Para quem conhece, os vereadores que conhecem as nossas escolas sabem que nós temos trabalhos riquíssimos, que são feitos dentro dos muros das escolas. O que nós precisamos fazer, é tirar isso e mostrar para a sociedade. Eu, como venho da área da educação, sou pedagoga de formação e fiz toda minha trajetória, pós, mestrado e doutorado na área da educação, sempre digo e defendo: muitas das soluções que a gente busca na educação, a gente vai conseguir com os nossos diretores e nas escolas. Então é isso que a gente quer fazer, a gente quer fazer uma gestão compartilhada, uma gestão com diálogo, e uma gestão que possa nos ajudar a melhorar a educação do nosso Município. Eu fico à disposição para as perguntas, e este material também está disponível para vocês, para circular. O que é importante falar, é que, como secretaria, ele é um material orientador, nós tivemos todo o cuidado de não deixar nada de fora, considerando tudo que precisávamos considerar para esse retorno presencial. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, secretária. Nós temos algumas inscrições, vamos fazer as perguntas, a senhora pode tomar nota e depois a gente vai respondendo em bloco.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, povo de Porto Alegre; boa tarde, secretária Janaina, obrigado pela sua vinda até a Casa do Povo para conversar,

para dialogar, mas eu quero ressaltar que essa palavra diálogo, no nosso dialeto freireano, que habita os universos escolares, é utilizada quando se constrói, e falar é quando alguém se pronuncia apenas. Dialogar é uma palavra de princípio para a educação pública, principalmente. Construir simbioses, possibilidades; duas pessoas pensam melhor do que uma. Assim, caminhou a humanidade por muito tempo e hoje chegamos a um estágio de desenvolvimento com muita ciência e tecnologia, que nos permitiu vacina em menos de um ano. Dez meses já tínhamos uma vacina, pelo avanço da ciência, o avanço da educação, mas a construção coletiva. O governo, quando apresenta esses protocolos, as suas intenções para a abertura das escolas, apresenta com base no vírus anterior, agora tem uma cepa diferente, modificou, mais contagiosa, portanto, não posso considerar que 14 alunos, numa escola, nesse espaçamento, é prudente nesse momento. Agora a gente tem que usar o conhecimento científico, avançado já, porque já está em 12 estados do Brasil essa nova cepa, vereadores e vereadoras. É muito mais contagiosa, então nós não podemos trabalhar com o dado anterior, para uma realidade que mudou totalmente, e que vai mudar. E mais do que isso, nós temos aqui, só na rede municipal, 11.910 matrículas nas creches; 15.500 em pré-escola; 34.500 em fundamental. Imaginem essas crianças indo e vindo da escola, conversando com os familiares, transporte público, é muita gente circulando, tendo contato, isso tem que ser reanalisado, não pode ser dessa forma. Infelizmente, eu não posso concordar com essa metodologia apresentada. O diálogo é: chama as direções, chama as comunidades escolares, apresenta a proposta e ouve o que tem a dizer. E quero fazer um apelo aqui: que adie o retorno às aulas presenciais, para ver o que vai dar, Ver. Cecchim, dessa volta do carnaval pelo menos. Para ver como vai ficar o sistema de saúde aqui na capital. Não adianta ser açodado, já na semana próxima, segunda-feira, porque os funcionários vão começar, esses dos contratos – eu votei favoravelmente ao contrato para os funcionários de escola, porque sei da importância deles – a entregar os documentos amanhã, sexta-feira. Tem EPIs para todo mundo? EPI é equipamento de proteção individual. Eles vão receber só um EPI, para usar cinco dias da semana, e daí na sexta lava, final da semana coloca para secar ou vai ter um para cada dia? Porque eles vão limpar uma sala, limpa outra, limpa outra, tem um turno, tem outro turno, tem o terceiro – muitas das escolas têm três turnos –, e com essa mesma roupa que ele anda no ônibus, é a roupa que ele vai limpar a escola? E a alimentação, como é que vai ser produzida? Qual é a ventilação das escolas? Nós fizemos um projeto de lei, protocolamos nesta Casa, que o Conselho escolar seja ouvido antes da determinação da abertura. No passado, secretária, o secretário que lhe antecedeu não tinha tato, não tinha conhecimento da educação básica, não conhecia a realidade das escolas públicas, nem ia às escolas, e deu no que deu. Diminui matrículas, não avançou a educação, retrocedeu quatro anos. Eu analisei seu currículo, parablenizo a sua capacidade de construir conhecimento, de construir diálogos. Acho que é o momento de dialogar com as comunidades, ouvi-las, ver o que elas têm a dizer: é possível voltar na segunda-feira, não é possível? Acho que cada escola tem uma cultura, tem uma forma de se gestar; com base nisso, nós poderíamos construir um novo horizonte que não fosse açodado, porque, senão, vai ser responsabilidade também da Secretaria de Educação o

aumento de casos, e eu acho que a maior prudência é analisar a realidade agora, dessa volta do carnaval, desse aumento de casos, se vai ter UTI ou não... Depois, chorar sobre o leite derramado talvez não seja uma possibilidade. Então, de forma muito generosa aqui, não impositiva – esse é o meu tom de fala mesmo –, coloco essa questão: não seria melhor se reunir com as instituições, com a ATEMPA, o Simpa, as escolas individualmente, e ver o que é possível fazer? Um diálogo mesmo, sem imposição, sem desconstrução. O governo apresenta, as escolas dialogam – talvez seja mais prudente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde, secretária, Presidente. Eu não vou me alongar muito aqui, mas eu quero trazer pontos que eu considero importantes, porque, em definitivo, a questão não é se reabre ou se não reabre, mas a segurança e como se faz isso, considerando a segurança para toda a comunidade escolar, mas principalmente para os alunos, e como a gente vai fazer o monitoramento, a fiscalização desses protocolos que a senhora bem traz, que serão colocados, na verdade, como uma forma efetiva para a abertura das escolas. Pensando nisso, e também não menos importante – eu sou sanitarista de formação e faço parte agora da CECE, então me coloco à disposição para compor esse processo de fiscalização –, eu considero fundamental que nós tenhamos essa avaliação de uma forma muito objetiva, mas também muito pautada, dentro da segurança sanitária. Acho que, em definitivo, não tem outra forma de pensar na reabertura sem fazer a garantia desse retorno. Estamos aqui não questionando se reabrem ou não reabrem; sabemos bem da importância das escolas nas comunidades, sabemos bem que os professores querem retornar, mas isso tem que ser feito de uma forma muito segura, muito respeitosa e responsável. Como sanitarista, eu me coloco à disposição para compor, e acredito que também a Fernanda, presidente da nossa comissão, a CECE, porque é importantíssimo que nós façamos dessa forma, para garantir essa segurança sanitária. Desde já, amplio aqui convidando os colegas, porque acho que isso é uma preocupação de todos nós, respeitando a população, a comunidade, principalmente diante de um dado que a senhora fala, bem importante, de 8%, mas a gente tem que fazer essa avaliação também pensando nos professores, em quem presta esse serviço, que aí sim, fala-se nas pessoas que estão no grupo de risco. Como garantir o cuidado, como garantir a efetivação desses protocolos sanitários, respeitando-os, mas não trazendo nenhum tipo de agravante diante de todo um cenário que percebemos que já está caótico? Então me coloco à disposição.

Não vou me prolongar – amanhã a gente tem reunião da comissão e maiores debates a gente faz por lá –, e quero saudar a sua vinda e dizer o quanto é importante a gente manter esse debate em aberto, de uma forma muito responsável, porque a gente

está falando aqui, o tempo todo, de vidas, de cuidados, pensando na promoção e na produção de saúde desses indivíduos, porque educação e saúde, em definitivo, não tem como se manter afastados. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, secretária, Presidente, caros colegas vereadores e vereadoras. Eu queria fazer um registro aqui antes de iniciar minhas perguntas, falando do quanto é triste que nós tenhamos testemunhado aqui nesta tarde, na tribuna, que vereadores venham aqui fazer a defesa de um deputado preso 90 vezes pela sua corporação. Isso demonstra o tamanho da corrosão democrática que nós temos no Brasil. Um deputado inclusive que incita violência contra a democracia, contra o ministro do STF e que fez, inclusive, um deboche de uma vereadora brutalmente assassinada. Causa muita tristeza que colegas vereadores relativizem tamanha violência.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, consideração à presença da secretária.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Vindo aqui para a conversa com a secretária, eu não poderia deixar de fazer esse registro frente ao espaço democrático que é a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Eu queria falar de um tema que se relaciona à Ver.^a Nádia, que é sobre a corrosão democrática que nós vivemos, que faz com que falas bárbaras, como a senhora fez aqui hoje à tarde, tenham incitado, inclusive em Porto Alegre, uma falsa ideia de que nós temos uma polarização sobre setores de Porto Alegre que querem a volta às aulas e setores de Porto Alegre que não querem. Veja bem, uma incitação polarizada completamente real, porque o que nós temos aqui é uma preocupação com todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação, com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, que todos possam voltar em segurança para suas aulas, possam garantir, portanto, a segurança e a paz dos seus familiares.

Na sua apresentação – muito saúdo a senhora ter vindo aqui nesta Casa uns dias antes das voltas aulas para poder nos explicar um pouco como a Prefeitura desenha esse retorno – algumas preocupações. A primeira sobre elas é: nós compreendemos o desejo de todos nós de volta às aulas, mas para nós não é muito compatível o desenho que o governo fez da prioridade de vacinação em frente ao calendário. Nós queremos entender um pouco a opinião da secretária sobre isso, a posição em que estão os trabalhadores e trabalhadoras da educação na lista, na ordem de vacinação na cidade.

A nossa outra preocupação, até fiz uma fala aqui quando o secretário de saúde esteve aqui, é sobre a formação, a capacitação para uso de EPIs. Estava aqui a Ver.^a Daiana, sanitarista; conversamos muito na Casa até com especialistas sobre as

dificuldades de as pessoas compreenderem o uso correto dos EPIs e o quanto isso faz com que, muitas vezes, a pessoa acabe ficando mais exposta ao vírus. Queremos saber como vai ser feita essa capacitação com os profissionais nas escolas, como a Prefeitura ofertará isso.

Em terceiro lugar, também gostaria de saber, frente ao cenário que nós estamos, de um aumento do número de casos, de uma alta limitação de estrutura de saúde em Porto Alegre. Quando a gente olha os dados dos leitos em Porto Alegre, eles parecem menos gritantes do que são na verdade – não é, secretária? Quando a gente vai olhar os grandes hospitais, boa parte deles não tem mais leitos, e aí a gente vai olhando um por um e vemos cem por cento de ocupações, quando nós temos uma variante, a P1, que é muito mais transmissível já circulando no País, quando nós estamos vindo do carnaval. Então queremos entender como a Prefeitura pretende ter uma maior prudência, como pretende tratar uma situação tão complexa, porque me parece que o cenário que nós teremos aí, no dia 22, é mais é mais grave do que o cenário que nós tínhamos em dezembro e no início de janeiro, quando iniciava-se uma reflexão sobre o calendário colocado.

Por fim, gostaria de colocar duas questões. A primeira, sobre essa atenção dos estudantes que precisam da frequência para ter acesso a outros benefícios e programas sociais: a Prefeitura pretende trabalhar com a desobrigação da frequência desses estudantes? Queremos entender o que a Prefeitura vai fazer. Por último, falar sobre a questão dos trabalhadores e trabalhadoras que foram contratados de forma emergencial. Muitos vereadores aqui nos colocamos inclusive à disposição para ajudar, já que teve um alto índice de procura das pessoas se inscrevendo para as vagas e uma dificuldade estrutural de a Prefeitura dar conta da questão da inscrição, enfim, nesse processo, mas as pessoas vão assinar o contrato amanhã, as aulas já retornam semana que vem, e gostaríamos de saber como vai ser feita a questão de garantir a adequação das pessoas às novas tarefas, como vai ser feito o treinamento, a garantia da própria segurança sanitária desses trabalhadores e trabalhadoras, porque isso também não ficou muito nítido na apresentação Inicial. Desde já agradeço a disponibilidade de ter vindo até a Câmara falar conosco. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora. O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, secretária, colegas vereadores e vereadoras. A gente está num momento muito complicado na cidade. A gente observou o que aconteceu durante o carnaval no litoral; Porto Alegre vazia e litoral abarrotado de gente, muita aglomeração, e a gente sabe que tem um período em que esse vírus fica incubado e que, provavelmente, os casos vão explodir de fato exatamente no retorno às aulas, próximo ao dia 20 de fevereiro. Para mim, isso é

um dado alarmante, um dado preocupante, principalmente porque a gente já tem o uso de quase 90% dos leitos das UTIs aqui em Porto Alegre.

Vou fazer minhas três perguntas, serei bem sucinto. A primeira pergunta: além dos protocolos de segurança sanitária, qual será a modalidade de ensino no retorno às aulas? A senhora abordou um pouquinho, mas eu gostaria de mais profundidade. Municípios vizinhos já lançaram algumas estratégias, dentre elas o ensino híbrido. E é bom a gente lembrar aqui que, em São Paulo, até 8 de fevereiro, tínhamos 96 casos entre os estudantes, e, nesse domingo, o número aumentou para mais de 750 casos, ou seja, a gente teve um aumento exponencial e brutal no número de casos de estudantes infectados em São Paulo, e diversas escolas foram fechadas naquele Estado, de acordo com os dados que foram publicados.

A segunda pergunta: independente da modalidade que foi escolhida, qual é o corpo de trabalho necessário e como V. Exa. está pretendendo consolidá-lo, porque agora, neste fim de semana, a gente já sabe que as faxineiras, o pessoal da limpeza foi convocado para fazer todo esse trabalho de preparo, mas a gente tem que saber quem realmente vai estar no dia a dia, e a gente defende – já fizemos um pedido de providências – que esses profissionais que trabalham no dia a dia tenham prioridade na vacinação. Seria muito importante para preservar a vida desses profissionais e para frear o avanço das infecções. A terceira pergunta é como garantir o atendimento educacional especializado para aqueles estudantes que são público alvo da educação especial, como estudantes com deficiências que, muitos deles, estão na condição de maior vulnerabilidade quando expostos ao vírus, como ficará a escolarização desses alunos. Os estudos do campo de educação especial indicam que, no último ano, esses alunos voltaram à zona de invisibilidade. Por fim, eu queria perguntar à senhora, não está tão ligada à questão do Covid, mas é uma pergunta pertinente, que é sobre o convênio com a Escola de Educação Infantil Mamãe Coruja, que é um vínculo com a Polícia Civil, entre o Estado e a Prefeitura, gostaria de saber qual a situação. Basicamente é isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente; vereadores e vereadoras, secretária Janaína, é um prazer recebê-la, temos acompanhado seu trabalho e já quero parabenizá-la e dizer que concordo plenamente com a volta às aulas. Nós já estamos na pandemia há um ano e não é mais possível que a gente abra mão da educação para os nossos jovens, para as nossas crianças. O Município de Porto Alegre e o País têm que retomar, sim, buscando todos os cuidados com os protocolos, as medidas de segurança, mas precisamos retomar porque a educação é fundamental para um país crescer e se desenvolver. Nós sabemos das dificuldades da falta de vacina no País, ainda vai demorar muito para avançar e nós não podemos ficar esperando que

passa a pandemia cem por cento ou que tenha vacina para todos. Nós temos, sim, que priorizar aquelas pessoas que têm uma necessidade maior, ou por morbidade ou pela idade, mas temos que tocar a vida. Eu sou totalmente favorável a voltar às atividades educacionais, às atividades econômicas, eu tenho certeza de que nós temos pessoas que estão há um ano sem trabalhar, sem atividade econômica e nós precisamos retomar. É importante a educação voltar o quanto antes. A senhora falou muito bem quando disse que nós temos crianças, principalmente crianças da periferia, e quem conhece a periferia sabe disso, não estão dentro de casa, não estão trancadas, até porque as suas casas, infelizmente, não têm as condições necessárias para que essas crianças fiquem o tempo inteiro dentro de casa. Essas crianças estão na rua, estão brincando, estão no campo de futebol, nos parques, nas praças, enquanto for por aí ainda não é nada, o pior é que muitas estão nas sinaleiras, nas ruas, têm dificuldade de alimentação. A gente sabe o quanto a escola, dentro dessas comunidades, é importante, não só na educação, mas também para que se tenha controle sobre essas crianças, onde essas crianças estão e com a alimentação dessas crianças. Infelizmente essa é a realidade da nossa cidade, da nossa periferia. Tenho certeza de que essas crianças, dentro das escolas, estão muito melhor, Ver. Cassiá Carpes, do que se ficarem na rua. Quem vai na periferia vê, as crianças não estão dentro de casa, elas não estão resguardadas, elas estão na rua brincando. Nós não vimos uma explosão, até agora, neste um ano, de crianças contaminadas pelo Covid, ao contrário, a gente sabe que as crianças têm um diferencial quanto às pessoas de mais idade. Portanto, somos totalmente favoráveis a volta às escolas, inclusive poderia ter mais crianças, mas a senhora está sendo bem cuidadosa, tomando as medidas com espaço entre essas crianças. Um espaçamento bem grande entre as crianças, intercalando um grupo nas segundas e quartas, e outro nas terças e quintas para criar o vínculo para essas crianças retornarem. Espero que isso aconteça, as crianças que irão à aula nas segundas e quartas terão afazeres para fazer nas terças e quintas em casa, apresentando na próxima aula, dessa forma tirando essas crianças da rua. Então, tenho certeza de que está sendo feito um belo trabalho, conte conosco. Temos que voltar, sim, às aulas, o quanto antes, com todos os cuidados que eu tenho certeza que serão tomados, assim como estão sendo tomados nas atividades que retomamos na cidade de Porto Alegre. Temos que continuar retomando as atividades econômicas, as atividades das escolas, a vida continua e nós precisamos tomar cuidado, mas precisamos retomar, sim, já estamos há um ano com algumas atividades paradas e não temos mais condições de fazer isso. O pessoal de eventos, por exemplo, está há um ano sem fazer eventos. Então temos que pensar no todo e o todo, agora, é a retomada, sei que vai ter muitas pessoas que irão se contaminar e a gente sabe que essa doença não é uma coisa simples. Muitos de nós já perdemos pessoas que a gente conhece, mas, se nada for feito, perderemos igualmente, mas por outros motivos. Então, temos que tomar os cuidados e retomar as atividades. Muito obrigado, secretária, conte conosco para a retomada, parabéns.

(Não revidado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Prof.^a Janaína, parabéns pela assunção ao cargo de secretária, cargo de extrema responsabilidade no Município de Porto Alegre, principalmente no momento em que vivemos. É claro que, dentro do debate deste ano letivo de 2021, nós não podemos fechar os olhos a nossa realidade, são mais de 200 mil pessoas mortas no Brasil por conta dessa doença. Não podemos arcar com a responsabilidade de agravarmos ainda mais esse quadro e aumentarmos o número de óbitos. Essa é a grande tônica da nossa preocupação, professores e professoras. Eu sou professor de área, a circulação entre espaços, entre as salas de aula durante um turno de trabalho faz com que nós, professores, possamos ser o veículo para carregar esse vírus entre os espaços. Por isso é extremamente importante pleitear, junto ao governo, a prioridade para os profissionais da área de Educação também o acesso à vacina. Eu percebi, pelas redes sociais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que a senhora já fez essa solicitação junto ao prefeito e eu gostaria de saber em que pé isso anda. Nós estamos acompanhando a ordem de priorização do acesso à vacinação e, realmente, precisamos priorizar os nossos idosos, precisamos priorizar os profissionais da área da Saúde, porém, a área da Saúde, em especial, é uma área bastante ampla com profissionais que desempenham diferentes tarefas. (Pausa.)

Muito bem, o Ver. Mauro Pinheiro fala, aqui no plenário, em priorizar as pessoas que são atendentes em comércios. Infelizmente, Ver. Mauro Pinheiro, quem faz o acesso para adquirir bens, serviços, produtos, geralmente é uma pessoa adulta, instruída, ou pelo menos deveria ser neste momento, condição muito diferente dos profissionais da área de Educação que atendem crianças, onde a socialização, a brincadeira, o compartilhamento, a troca de materiais faz parte da nossa rotina. Então não vamos comparar coisas que são incomparáveis. Eu lhe peço um pouquinho de clareza na análise fria, pois aqui eu não estou disputando ideologicamente com o senhor. Eu estou apenas pedindo para que a nossa secretária lute, junto ao governo que aqui ela representa, para que nós, profissionais da Educação, sejamos colocados como prioridade para a vacinação, justamente pelo potencial que nós temos de conduzir esse vírus de uma sala de aula para outra. E, dentro dos protocolos apresentados pelo governo Estadual e pelo próprio governo Municipal, a ideia inicial era justamente fazer com que as crianças das diferentes salas, das diferentes turmas não interagissem diretamente e pudessem ser isoladas para que, havendo algum caso detectado, essa turma pudesse fazer o seu confinamento, pudesse fazer o seu isolamento social até que a situação se normalizasse. Se nós, profissionais da área da Educação, podermos ser o veículo de transporte do vírus, nós precisamos nos atentar a esse ponto.

Eu destaco aqui também, preciso falar disso, pelo que nós ouvimos de relatos junto a algumas direções de escolas, que ainda não chegaram alguns mantimentos importantes para a alimentação das crianças. Cito especificamente frutas e verduras que fazem parte da dieta das crianças, são necessárias. (Pausa.) Muito bem, o

Ver. Idenir Cecchim é o especialista em acondicionamento de alimentos, embora trabalhe com material para construção civil e aqui reforça o debate.

Também destaco o tempo exíguo para a limpeza de algumas das nossas escolas. Como muito bem pontuou a secretária, nós temos escolas grandes, equipes reduzidas, em apenas dois dias talvez não deem conta de fazer o tratamento e a limpeza necessários que nós precisamos para que, segunda-feira, as nossas escolas estejam aptas para o retorno escolar.

Eu aproveito, para finalizar a minha fala, parabenizando a secretária, porque na gestão passada, durante quatro anos, nós tivemos um secretário que desconhecia a realidade das nossas instituições de ensino, desconhecia, e não fazia a menor questão de conhecer. Eu espero que diálogo seja a tônica da sua gestão por conta da grande responsabilidade e do grande acúmulo que nós temos na rede municipal e todo o seu pessoal. Peço, também, que estejamos atentos à valorização dos profissionais que têm experiência, ao invés de priorizar contratos temporários, que nós possamos aumentar a carga horária dos professores que já estão trabalhando nas nossas escolas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; boa tarde, secretária Janaína; colegas vereadores e vereadoras. Retornaremos às aulas, pelo o que eu soube, no dia 22. Conversei com a secretária nessa semana, tive uma pauta com a secretária, fui muito bem recebida por sinal, entreguei algumas demandas, e ela me comentou que alguns profissionais estavam pedindo que as aulas fossem retardadas em função de que os brinquedos precisavam ser higienizados. Gente, isso é um absurdo, né! Nós estamos há quanto tempo com as escolas fechadas e não deu tempo para higienizar. Isso não pode ser desculpa para não reabrir a Educação Infantil que nós sabemos que é extremamente importante e necessária, principalmente, como diz a secretária, para o vínculo entre as crianças, para alimentação das nossas crianças, como disse a secretária muito bem, muitas só têm a alimentação que é feita através da escola e muitas só vão para a escola em função disso, então, a gente tem que considerar e trazer isso, levar em consideração.

Uma preocupação que eu tenho – e eu comentei com a secretária, quando eu estive com ela – é com relação à vacinação dos professores, e a secretária comentou que eles estão na quarta etapa, e isso vem em nível do Ministério de Saúde, que não teria como mudar. Acho que tínhamos que fazer uma fala e tentar algo que conseguíssemos trazer principalmente para a educação, essa imunização, mas, enfim, esse é o meu ponto, eu acho que é extremamente necessário.

Já se perdeu muito com as escolas fechadas e eu sempre trouxe aqui, desde do início do ano passado, que as crianças não são vetores, eu conversei com

infectologistas. Nós sabemos, como disse o vereador que me antecedeu, que os professores, sim, transmitem, podem transmitir através do transporte e tudo mais, mas que as crianças, normalmente, não são vetores desse vírus, então por que fechar as nossas escolas? Nós sabemos que a educação é base para tudo. E a luta foi de que as escolas privadas infantis permanecessem abertas. Nós aprovamos, no final do ano, a essencialidade das escolas, que nós estamos aguardando que seja sancionado pelo prefeito e acredito que será, porque ele também sabe da importância das crianças em sala de aula, isso é para o período de pandemia. E garantir que as escolas não sigam fechando as portas, porque é uma grande preocupação que eu tenho, porque muitas escolas privadas da educação infantil fecharam as portas, e elas não vão retornar. A gente sabe que essas escolas absorvem muitas vagas que o Município, muitas vezes, não consegue absorver e precisa comprar vagas para que essas crianças possam estar estudando. Eu recebo diariamente, neste período de inscrições, pedidos de pessoas, de mães e pais, que se cadastraram e que não tiveram retorno da Secretaria se terão ou não vaga. São muitas crianças que estão sem vaga no Município, nós sabemos que isso é uma preocupação muito grande e nós precisamos resolver. Se nós permitirmos que as escolas privadas fechem as portas, a situação vai se agravar ainda mais. A gente fala em ciência, a gente fala nas nossas UTIs lotadas, mas a gente tem de falar também, porque, se for assim, se a gente for falar que as nossas UTIs hoje estão lotadas, nós não vamos voltar, a educação infantil não vai voltar, porque nós vamos ter altos e baixos, nós vamos ter muita gente infectada e, daqui a pouco, muita gente imunizada, baixando essa curva, então, nós precisamos, sim, retomar as atividades. A gente vê aí os pacientes, que eu já comentei numa outra fala, de Manaus, que vieram para Porto Alegre, estão lotando também as nossas UTIs, ficaram dois dias, não precisaram ser intubados e eu pergunto: o que vieram fazer aqui? Trazer a variante? É isso que vieram fazer? Então, vamos nos ajudar, não é, gente? A gente precisa desse olhar.

Pergunto para a secretária com relação ao que o Ver. Leonel Radde já falou, eu reafirmo: as crianças de necessidades especiais, como elas retornarão? Porque a gente sabe que elas têm que ter uma atenção especial. Pergunto à senhora com relação às vagas, nós temos muitas crianças desassistidas e sem vagas. Como ficarão essas crianças? Como a gente vai resolver esse problema para que todas possam estar estudando? As vacinas dos professores, eu já lhe fiz o questionamento e peço à senhora que nos ajude, que o prefeito sancione a essencialidade das escolas privadas infantis durante a pandemia, porque isso é muito importante. Também os *kits* escolares, que já passei para a Ver.^a Fernanda, para que ela trouxesse, pois é muito importante que nesse início de aulas elas tenham acesso, porque muitas não têm condições de adquirir o material. Sempre teremos obstáculos, mas a educação não pode esperar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Esse tema da educação toca a todos os vereadores, com certeza, um problema social premente a questão da dificuldade de acesso à educação das nossas crianças em função desse isolamento social que nós estamos passando. Nós observamos que o Brasil é um dos últimos países a retomar a educação como atividade. Observamos muitos países da Europa com a grande preocupação em fazer a retomada o mais breve possível, porque eles têm a experiência da 2ª Guerra Mundial, em que aqueles estudantes que ficaram sem acesso para o ensino formal durante o período da guerra acabaram tendo grandes dificuldades no seu desenvolvimento ao longo da vida toda. Então, por conta dessa experiência ainda recente, eles têm uma geração de pessoas que tiveram dificuldade de prosperar economicamente na vida em função dessa dificuldade de acesso. Então, a gente entende a necessidade da retomada da educação o mais breve possível, do modo que for possível, de modo a permitir que as nossas crianças não fiquem desamparadas.

Lembro, inclusive, o Ver. Giovane Byl, que trabalha muito em comunidade de periferia, falando que, enquanto a praça está fechada, enquanto a escola está fechada, a boca de tráfico está aberta e está acolhendo essas crianças com toda a dedicação que o Estado não está oferecendo. Então, nós temos, com certeza, em breve, uma geração de pessoas com instrução interrompida que foram acolhidas pelo tráfico de drogas, e isso infelizmente não é abordado nas manifestações de muitas pessoas que dizem se preocupar com a educação. O meu argumento é que, muitas vezes, nós nos preocupamos mais com questões sindicais do que de fato com a questão educacional. Isso vejo na representação parlamentar de diversas áreas, não só na questão da educação, mas também na questão da segurança, na questão do funcionalismo, como um todo, a gente se preocupa muito mais com a condição, entre aspas, de trabalho daquele que presta serviço do que com o produto que é entregue, de fato, para a comunidade, para a sociedade lá no fim.

Só para fazer essa introdução, queria aproveitar e perguntar para a secretária que eu acho que é um tema bem importante, bom, é tema de vários vídeos que viralizaram alguns anos atrás, que, com toda a nossa maneira de viver, a sociedade acabou se alterando ao longo dos séculos. A gente percebe que a maneira como se produz um carro mudou, a gente percebe que a maneira como o processo industrial acaba ocorrendo também mudou, várias áreas do conhecimento acabaram evoluindo ao longo do tempo, e a maneira como a gente ensina as nossas crianças está presa ainda naquele processo industrial que a gente observou na industrialização, que a classe, o professor ensina as crianças a olhar para um quadro e entender aquilo que é dito que é importante que ela aprenda. Bom, eu vejo que existe uma necessidade do conhecimento formal, da instrução formal, importante isso, mas é obvio que o modelo não deve ter sido concebido de maneira perfeita há cem, 200 anos a ponto de não merecer ser retocado ao longo do tempo, a ponto de a gente continuar com classes, com crianças, com professor, da mesma maneira que era há cem, 200 anos. Então, a pergunta que eu gostaria de fazer para secretária: esse modelo híbrido que a senhora e a Prefeitura estão propondo agora, onde algumas crianças vão permanecer em sala de aula e, se for possível fazer a transmissão ao vivo para algumas outras crianças acompanharem em

casa, esse modelo híbrido poderia se perpetuar ao longo do tempo? Ou esse é um modelo só, não sei se... Esse modelo idealizado só irá perdurar ou perdurará somente em algumas escolas, se não perdurará em todas... Porque entendo que seria uma forma de economizar inclusive em recursos, porque não é toda criança que consegue se deslocar e não é toda criança que tem condições de acompanhar a aula, e aquelas crianças que tem potencial de acumular comorbidades, como foi colocado pelo Ver. Radde, eventualmente não vão poder retornar para a sala de aula enquanto não houver uma vacinação. É possível um modelo híbrido? É possível que algumas crianças possam acessar em casa enquanto outra assiste presencialmente? Se isso for possível, é possível que isso se perpetue ao longo do tempo após o fim dessas nossas medidas de isolamento com a vacinação de toda a população? Eu entendo que seja importante que se perpetuasse porque ajudaria na descentralização do ensino. Hoje a gente tem que carregar as crianças até o colégio, elas têm que ser levadas para casa, tem pessoas que conduzem, tem pessoas que trazem e nem todas necessariamente precisariam se deslocar. Então, essa seria a colocação. É possível fazer com que esse modelo híbrido se perpetue no tempo? E essa seria uma forma de modernizar a nossa educação, fugindo daquilo que é o clássico, que vem se estendendo desde o início da educação formal que a gente conhece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jessé Sangalli. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, quero saudar a nossa secretária Janaina, seja bem-vinda aqui. Primeiro aspecto, secretária, esta Casa é heterogênea, a senhora vai estranhar com algumas coisas que acontecem aqui, muitas vezes alguns misturam ideologia com educação. Então, a senhora os receba com educação, converse e, às vezes, diga “não dá”, porque, se deixar, eles tomam conta. Na realidade, tudo que a senhora disse é verdade, tem gente que acha a Covid... Olha, eu escuto tudo, secretária, até hoje eu não entendi tudo sobre a Covid, mas tem gente que já entendeu tudo para fechar o comércio, fechar as aulas. Tem vereador aqui que não estava no ano passado, que a bancada dele votava frequentemente para não abrir o comércio, fechar tudo, diziam: “Quando vier a vacina, nós podemos abrir”. Agora veio a vacina e eles arrumam outro pretexto, sempre tem outro pretexto. Secretária, parabéns por esse seu trabalho que está começando bem.

A gente fica surpreso com algumas coisas, eu quero lhe passar um dado que hoje eu fiquei sabendo de uma mãe da amiga da minha filha que, dentro do hospital, há duas semanas, foi operar a vesícula – não faz mal tirar a vesícula, eu mesmo já tirei, não presta para nada... Então, na realidade, ela tirou, lá dentro do hospital, não vou dizer qual hospital, mas não é culpa do hospital, é das pessoas que se relacionaram com ela dentro do hospital, até familiares. Então não tem salvação, gente, não adianta disparar, o bichinho vai pegar vocês, agora é claro que a gente tem que se cuidar. A maioria aqui

não pegou ainda porque se cuida, isso não quer dizer que não vá fazer nada, as vacinas no mundo, a gente acompanha todo os dias, estão atrasadas no mundo inteiro, os países adiantados não têm vacina, a Argentina está se complicando, parece que tinha, mas não tem mais. Gente, mais de cinco milhões de vacinas no Brasil é quase a população de Israel, que dizem que já vacinou quase toda a população. Aí é fácil, nós temos mais de 220 milhões de habitantes, é uma coisa proporcional. Então, secretária, faça o seu trabalho, conte com a maioria que vai lhe apoiar aqui. No governo anterior, nós brigamos muito com o governo e o governo brigou conosco, ele mais brigou conosco do que nós com o ele, eu era independente. Mas quem o apoiava se arrependeu no meio do caminho, e aí foi aquela tragédia. Quando não há diálogo entre o Executivo e o Legislativo, quem perde é a cidade. Então, a cidade perdeu. Nós não queremos perder, nós queremos ganhar. Quem for contra continua sendo contra, porque tem gente que é contra a vida inteira, se elegem sendo contra, porque, se mudar o conceito, não vão se eleger mais. É verdade. Tem que ser radical, radical, para se eleger, porque tem uma camada de radicalistas que vota só nos radicais. Então, secretária, nesse aspecto, as crianças que vivem nos bairros pobres de Porto Alegre estão mais seguras nas vilas, nos seus bairros do que na escola? Duvido. Lá é que tem alimentação que muitas vezes não tem na sua casa, lá as professoras vão se sentir melhor do que muitas vezes nas suas casas também, chega visita, chega isso, chega aquilo, estão correndo risco também. Na realidade, vamos tratar bem os professores, vamos tratar bem as crianças. Pergunto, para terminar, duas questões: como os da 1ª série do ano de 2020 foram prejudicados e como a senhora vai receber os da 2ª série da mesma 1ª série em 2021, como vai fazer esse ajuste? E a outra questão, lhe peço com muito carinho: a lei que criei da olimpíada estudantil em Porto Alegre foi no tempo do PT, e nunca colocaram em prática, eles não gostam de esporte. A esquerda não gosta de esporte, essa é a realidade, e era uma vereadora desta Casa, que hoje é deputada, não colocou em prática. Depois que acalmar, e aí a senhora pode me responder, quando podemos pensar no esporte que é tão benéfico para tudo. Vou lá conversar com a senhora e vamos fazer um grande planejamento: olimpíada estudantil de Porto Alegre, não é só da pública, da privada também, em conjunto, porque isso beneficia muitos os alunos. Eu sou fruto do esporte escolar, por isso estou aqui, por isso venci. Um abraço, seja bem-vinda mais uma vez nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Bins Ely, secretária Janaina, vereadoras e vereadores. O normal é o que a senhora assistiu aqui hoje, secretaria, vereadores-cientistas, vereadores que parecem PhDs em epidemias, vereadores que medem a distância de onde o vírus pode estar e vereadores que vivem a realidade, como é a realidade, e a senhora mostrou como é a realidade, como será a

realidade das escolas. Eu não vi nenhum vereador entendedor de epidemia mostrar como as crianças vivem nas suas famílias, como vivem lá na sua comunidade, como elas precisam de socialização ou de convivência, simples convivências com outras crianças. A escola, para muitas, para a grande maioria dessas crianças, é o clube, é o estádio, é a academia de ginástica, a escola é a realidade boa dessas crianças, e ninguém mais do que elas precisam da escola, precisam voltar para a escola, elas não querem saber se os professores não têm vontade de voltar, professores que não têm vontade, tem muitos professores, mas muito professores que querem trabalhar, mas muitos não querem trabalhar, não querem voltar para a escola. Esse negócio de “Fique em Casa”, fica em casa não fazendo nada, não estão em casa. Muitos desses “Fique em Casa” estão nessas aglomerações da praia. Muitos desses professores que não querem voltar participam dessas aglomerações na praia ou nos bailes - nos CTGs não tenho ouvido falar que tem havido aglomeração, foram suspensos mesmo, até as danças de CTG não estão acontecendo -, mas outros tipos de danças e de bailes estão acontecendo, e muitos professores estão nesses lugares, mas não querem estar na sala de aula. Parece estranho isso tudo, parece estranho, mas não é, é isso que está acontecendo, não queremos voltar para a sala de aula. Agora os motivos, os motivos são esses que a senhora ouviu e outros loucos que estão por aí ou porque a televisão falou alguma coisa, porque a rádio disse outra coisa, mas na realidade, pouco se fixam. Não ouvi nenhum vereador falar aqui que 77% dos internados em Porto Alegre não são de Porto Alegre e, além de não serem de Porto Alegre, não tenho notícia de que eles tenham ficado doente na empresa ou na escola. Não. Imagino todo o cuidado que se tem com os asilos, com as casas de longa permanência de idoso. Na minha época, lá no interior, se dizia asilo. Pessoas morrendo, com todos os cuidados pegaram o vírus. Elas não foram para a escola, não tiveram professores visitando, tiveram médicos cuidando deles, mas mesmo assim ficaram contaminados, ficaram doentes e estão lotando as UTIs de Porto Alegre. Não é a cidade de Porto Alegre que está contribuindo com a lotação das UTIs. Infelizmente estão lotadas, com muitos irresponsáveis que podem estar assintomáticos, mas levaram a doença para casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Janaina Audino, secretária de educação, está com a palavra.

SRA. JANAINA AUDINO: Quero dizer que, como secretária de Educação, estou muito feliz de ter essa pauta sendo discutida como prioridade nesta Casa. Fiz algumas anotações, foram bastantes perguntas, e peço desculpas se não conseguir responder a todas, mas vocês me cobrem depois. Vou começar pelo Ver. Jonas. Acho que a gente tem uma linha, o governo, de dialogar, por isso fui escolhida pelo prefeito e pelo vice, de poder conversar e dialogar. Estamos fazendo isso desde o início da nossa gestão. Chamamos todos os nossos diretores em várias reuniões *on-line*, inclusive, vindo deles que nos dizem que nunca tiveram tantas reuniões em quatro anos,

por exemplo, como já tivemos em um mês. Então, uma questão bem importante que entendo de diálogos, o Ver. Jonas saiu e disse que estaria nos escutando, é que, primeiro, no nosso entendimento, é que dialogar não significa concordar. É muito importante a gente ter esse entendimento. Nós estamos discutindo com todos os nossos diretores desde o início que assumimos a Secretaria de Educação, não temos problemas com nenhum diretor que não quer voltar a abrir a escola. A nossa preocupação e o nosso respeito são muito mais em relação aos cuidados do que de fato abrir as nossas escolas. Eu peço ao Ver. Jonas se tem alguma escola que ainda não comunicou, não conversou com a Secretaria de educação, não está preparada a abrir, que nos procurem, converse com a gente porque em todos os espaços de diálogo que nós abrimos, nenhuma diretora se manifestou com casos bem específicos de falta de água, com a questão de um problema mais grave na infraestrutura, fora isso, nenhuma diretora está dizendo que não vai abrir a sua escola. Então, gostaria que nos procurassem. Em relação às perguntas do Ver. Jonas em questão de protocolos sanitários, de cuidados pessoais, eu gostaria de perguntar onde estão as nossas crianças, os nossos alunos enquanto as escolas estão fechadas? Eles estão dentro de casa? Eles estão na rua, eles estão nos campos de futebol, estão na sinaleira, no parque? Então, vejam, a nossa preocupação de reabrir as escolas agora é justamente para a gente poder acolher esses alunos porque entendemos que esse momento em que a gente vive de pandemia é tão importante para a educação, para o desenvolvimento desse aluno. Vocês imaginem que esses alunos serão o futuro de nós aqui, serão os nossos representantes nesta Casa, no futuro, e, se eles não discutirem o que está acontecendo, o que será de nós no futuro? E aí peço ao Ver. Jonas que nos encaminhe uma proposta se essa proposta não atenda a realidade, como ela fala, em alguns contextos, que nos encaminhe uma proposta, a Secretaria de Educação está aberta para receber qualquer proposta que possa nos agregar, que possa nos complementar, que possa trazer toda a complementação que não está aqui nesse material que foi apresentado. Estamos superabertos para conversar, mas não quero ser convencida de que as nossas crianças que estão na rua, nas sinaleiras, estão mais seguras que dentro das escolas. Quanto aos cuidados, vou trazer duas falas que percorreram a fala de outros vereadores quanto à vacina e aos cuidados de limpeza. A vacina é uma prioridade do governo, do prefeito que vem incansavelmente lutado pela vacinação, não só dos professores, mas muitos outros profissionais que estão na linha de frente. Acho que isso tem que ficar bem claro. Quem está na linha de frente, eu pergunto sempre para os professores? Aquela pessoa que nos atende no supermercado não está na linha de frente? O motorista de ônibus não está na linha de frente, que carrega várias pessoas que nem conhece? O atendente da farmácia que não parou nunca nem no momento que nós de fato estávamos em casa? O garçom que nos atende no restaurante, ele não está na linha de frente? As nossas recepções nos prédios públicos não estão na linha de frente? Então, veja, tem uma discussão muito importante para a gente fazer enquanto sociedade porque nós, enquanto governo municipal, estadual, não temos respaldo para mudar e puxar os nossos professores da quarta fase para a segunda faz agora. Nós estamos fazendo todo um movimento, e esse não é só do nosso governo, mas existem várias Prefeituras que estão buscando isso junto, em nível federal, para a

gente entender quem são esses profissionais que estão na linha de frente. As pessoas que recolhem o nosso lixo todos os dias, em casa, não estão na linha de frente? Então, vejam, se a gente ficar com essa ideologia – e eu vou chamar de ideologia - de que só podemos voltar a funcionar se nos vacinarmos todos, então vamos parar tudo. Eu não estou aqui falando de Covid, não quero ser especialista em Covid, quero ser especialista em educação, mas o que nós apresentamos hoje é uma estratégia de retorno com aula presencial com todos os cuidados, com todas as ações. Temos condições de, a partir do dia 22, tomar muitas ações corretivas rapidamente. Quando tiver um caso confirmado em um aluno, temos condições de fechar a escola, temos condições de, enquanto não fechar a vacina, testar todos, fazemos essa negociação com a Secretaria da Saúde. Temos o cuidado de fazer esse acompanhamento. Vou respondendo as demais. Ver.^a Daiana, eu acho que tem muitos pontos importantes aqui na tua fala sobre a garantia desse retorno e foi falado muito sobre a segurança da comunidade escolar, em relação aos protocolos sanitários. Nós fizemos esse processo seletivo dos terceirizados com um critério muito importante: pessoas que já passaram pela área de serviços gerais, pessoas que já trabalharam em algum momento, então partimos do pressuposto de que essas pessoas não chegam sem saber fazer nada. Agora, vocês vejam, tem uma pressão para a secretária de Educação que pergunta: será que os nossos funcionários estão preparados para limpar as escolas? Eu devolvo a pergunta: as pessoas que trabalham na casa de vocês estão preparadas para isso? É só a gente abrindo as escolas e fazer isso junto, gente. Os supermercados estão preparados para armazenar as nossas comidas e fazer a limpeza necessária? A quantidade de gente que toca nos alimentos no supermercado... toda a hora tem alguém limpando? Por que nas nossas escolas têm que ser tudo rígido, rigoroso e essa cobrança vem para cima da educação? Estamos, sim, selecionando pessoas que já trabalharam, que já passaram por ambientes de serviços gerais, que são merendeiras, que têm condições de trabalhar e seguir os protocolos de limpeza. Estamos mandando insumos para todas as escolas para que isso aconteça. Agora, se eu chegar numa escola e vir alguém com uma máscara no queixo, da mesma forma que a gente encontra um garçom, dentro de um restaurante, várias vezes chamamos a atenção, da mesma que nós fazemos – a própria secretária fez isso e tomou um café. Então, quando a gente fala em transmissor de vírus, nós somos transmissores do vírus. Se os professores são transmissores do vírus nas escolas, nós, aqui nesta Casa, também somos transmissores do vírus. Foi colocado pelo vereador isso. Então por que na educação as coisas têm que ser muito diferentes da vida real? Dos nossos restaurantes que estão abertos, da circulação que a gente está fazendo? Vou seguindo aqui com as perguntas. Já falei da vacina, já falei dos terceirizados, a capacitação. A nossa proposta pedagógica, acho que foi colocado aqui por dois vereadores que nos perguntam da educação especial. Nós estamos trabalhando na Secretaria para fazer todas as orientações pedagógicas necessárias para as escolas. A gente sabe que tem toda uma complexidade no atendimento da educação especial. Isso está sendo orientado em cada caso, em cada escola, de dentro da Secretaria. A gente entende que é uma demanda que realmente precisa de uma atenção prioritária, mas nós já estamos fazendo isso com toda a legislação que nos ampara. Foi perguntado aqui sobre a frequência escolar. Nós temos

o Conselho Nacional de Educação, não podemos, de nenhuma forma, tomar decisões sozinhos. No ano de 2020 a presença na escola foi migrada para o ensino remoto. O que significa ensino híbrido? Acho que a gente precisa discutir melhor esse formato do ensino híbrido. O ensino híbrido é quando a gente migra do presencial para duas modalidades, a gente tem o presencial e o remoto e *on-line*. As nossas crianças da rede municipal não têm condições de estudar de forma *on-line*. As metodologias que foram feitas, no ano passado, pelas escolas públicas, por nós foram validadas para a gente cumprir uma obrigação do calendário de 2020. Eu não posso, como secretária de Educação, autorizar e concordar que em 2021 nós faremos aula pelo Facebook, pelo WhatsApp, que nós faremos aula dizendo que a gente foi numa plataforma e o aluno tem que ir lá acessar. Os nossos alunos não têm condições. Os nossos alunos não têm acesso à internet, os nossos alunos não têm computadores, eles não têm sequer um espaço para estudar, eles não têm sequer, às vezes, uma mesa, dentro da sua casa. A gente está falando da realidade de pessoas que moram numa casa, de duas peças, com dez pessoas. O ensino híbrido funciona para quem tem condições e ele pode ser, sim, uma tendência de futuro, dentro das condições necessárias. Nós, na Secretaria de Educação, estamos estudando, pensando num cenário negativo, de migrar todas as nossas turmas para o Google, porque temos uma plataforma gratuita que faz isso. A gestão passada teve, de março a dezembro, para pensar numa estratégia que nós apresentamos agora e não fez uma migração das turmas para o *on-line*. Tiveram mais oito meses para fazer isso e agora, em menos de um mês e meio, nós vamos tentar migrar todas as nossas turmas para o *on-line* pensando num cenário negativo. Se a gente tiver um caso positivado, o que a gente faz? A gente fecha a escola. Mas aí a gente fecha a escola e faz o que com os alunos? Daí a gente migra para o *on-line*. E quem não tem condições? Daí a gente dá o Chromebook para aqueles alunos que não têm condições. E se a família não tiver acesso à internet? A gente busca a parceria da rede privada. E aqui eu já agradeço todo o apoio de todos os vereadores que me procuraram para dar esse apoio, para cortar a grama, para tirar as árvores, para limpar as escolas. Eu não tenho dúvidas de que nós vamos conseguir também condições de dar acesso para quem tiver que ficar em casa estudando. Vamos seguir aqui nas nossas perguntas. Prioridade de vacinação eu já falei, monitoramento de números. Nós estamos muito alinhados com a Secretaria da Saúde, acho que isso é importante frisar porque a grande preocupação aqui que eu trago na questão da reabertura das escolas não é reabrir as escolas. Acho que os vereadores que estão contra a questão de reabrir as escolas, o ponto que os nossos professores... E aí eu estou muito amparada porque eu converso muito com eles, não é abrir as escolas. O ponto que nós discutimos é como que, dentro de uma escola, nós vamos assegurar que os alunos não se toquem, que os alunos não tenham contato, que os alunos usem a máscara. Essa é a nossa preocupação, porque, ao mesmo tempo em que nós somos adultos e a gente tira a máscara para conversar de vez em quando, a aprendizagem é contato, é interação, é, às vezes, pegar na mão e dizer: “Me escuta que eu sei mais que tu”. Os alunos falam isso. Aluno aprende com aluno. Isso é aprendizagem. Então esse é o maior desafio que a gente vai ter na educação, não é abrir as escolas, não é fazer o controle do grupo um, do grupo dois, quem vem, quem

não vem. Quem vai estará bem assistido. O nosso maior desafio é que os alunos não se toquem para evitar a contaminação, é que eles não tirem a máscara, porque eles têm que entender que estar com a máscara é estar protegido, é que eles comam respeitando o distanciamento social, porque lá nas casas deles, eu tenho certeza de que a maioria não está usando máscara. Porque lá no campo de futebol, eles jogam futebol todos os dias sem máscara, se tocam, se abraçam, fazem gol, comemoram. Existe uma vida paralela na vida dessas famílias. A educação está perdendo uma grande oportunidade de construir junto a solução para a gente combater esse vírus e se virá uma nova fase da pandemia, eu acho que é muito mais importante ainda que os nossos alunos estejam dentro da escola com os nossos professores. Medo? Medo eu também tenho todos os dias quando eu saio de casa. Vocês também devem ter medo, porque a gente está rodando nas ruas e vai dormir com as nossas famílias. Os nossos filhos têm contato com os nossos pais. Vamos lá. Falei da limpeza. Teve uma pergunta se a gente teria condições de nomear esses contratos. Hoje mesmo a gente chamou a comissão, os contratos já estão sendo encaminhados e nós não mandamos ainda os mantimentos nas escolas justamente porque nós abriremos só na segunda-feira, não tem porque nós mandarmos antes. Então nós vamos mandar limpar no sábado e no domingo para garantir que os espaços estejam limpos. Já temos um mutirão acontecendo essa semana naquelas escolas. Quero agradecer à Ver.^a Pimentel que muito está nos ajudando, conseguiu roçadeira, conseguiu gasolina, conseguiu movimentar as secretarias. Eu acho que é isso que a gente busca desta Casa, esse apoio. E se a gente errar na implementação da nossa estratégia, do nosso plano, nós somos humildes para discutir e para rever o que a gente precisa melhorar. Se a gente tiver algum caso confirmado, a gente vai agir imediatamente, porque vamos ter como acompanhar. Foram trazidas algumas questões também sobre compra de vaga nas creches. Nós sabemos que esse é um grande desafio, não só de agora, não só dessa gestão. A demanda de vagas por creche, principalmente de zero a três anos, é um grande desafio da Prefeitura. E por isso a gente já está com uma proposta de projeto de compra de vaga antecipada. Já conversamos com o Ministério Público, já conversamos com a PGM, já conversamos com vários órgãos que entendem que isso é positivo. A gente tem a demanda, mas não tem como atender. Então a compra de vagas resolve muito o problema das vagas judicializadas que são muito mais caras para a Prefeitura. E com isso a gente consegue buscar um equilíbrio de custo/ benefício, qualidade do gasto público e não deixar aquela família desatendida quando ela mais precisa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Secretária, uma pergunta sobre isso, e desculpa até se for uma ignorância, até porque estamos agora há praticamente um ano sem aulas. A questão dessas escolas contratualizadas, principalmente nessa questão das creches, do ensino infantil, que a Prefeitura acaba comprando algumas vagas junto à iniciativa privada, o que eu acho que é um grande acerto, esse ensino é totalmente gratuito para as crianças ou tem cobrança de coparticipação? Porque chegaram algumas reclamações no meu gabinete de que algumas creches estão cobrando apesar de ser ensino público.

SRA. JANAINA AUDINO: Eu acho que vocês precisam encaminhar para nós, porque essa é uma resposta delicada e fica complicado de dizer se houve. A creche comunitária é gratuita, se tiver alguma cobrança, vocês nos encaminhem. É conveniente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então vou encaminhar as denúncias que chegaram.

SRA. JANAINA AUDINO: Gente, já falei do ensino híbrido, e é complexo mesmo, viu? Eu sou da área da educação e muitos especialistas discutem isso. Se não ficou claro, eu posso retomar aqui. Tem um ponto que eu quero trazer aqui, pois com a educação a gente não pode nunca brigar, mesmo tendo ideologias diferentes. Foi comentado aqui de chamar as instituições antes, de dialogar, nós temos feito isso. Com a Atempa eu já me reuni mais de duas vezes, com o Simpa também. Os conselhos escolares estão representados nas escolas, então assim, me sinto muito à vontade de dizer que diálogo está tendo. De maneira alguma tomamos alguma decisão – de novo: dialogar não significa concordar – e as portas dos nossos gabinetes estão abertas para receber qualquer proposta. Vocês, vereadores, inclusive, se tiverem alguma proposta que contribua ou que diga: “Secretária, nós criamos uma proposta melhor do que a da Secretaria de Educação”. Opa, nos mande. Nós seremos os primeiros a analisar para poder implementar.

Nos anos iniciais, foi perguntado sobre a questão da alfabetização. Esse é um ponto que trago no início da apresentação. A gente não alfabetiza a distância. A gente não consegue alfabetizar de forma *on-line*, quem tem filho pequeno aqui sofre, sofreu; quem está na educação infantil não obrigatória, que é de zero a três anos; de quatro a cinco já é obrigatória. E as crianças de seis anos que não foram alfabetizadas? O que a gente faz se a gente não voltar? Quem vai alfabetizar essas crianças? Os pais? Então, vocês vejam que nós temos que recuperar um ano por um ano muito sofrido de pandemia. Não podemos acreditar que, em 2021, vamos postergar essa abertura da escola. Nunca vai ser momento de abertura? Vamos esperar março, abril, maio, até a vacinação? Quem vai alfabetizar as nossas crianças? Quem vai atender na educação infantil? Quem faz esse vínculo com a família? E as mães que querem voltar a trabalhar onde deixam seus filhos? Se vocês tiverem uma ideia que nos traga uma solução, a gente pode até pensar em não abrir as escolas. Se a gente tiver essa resposta para a mãe que está desesperada querendo trabalhar e não tem onde deixar o seu filho...

Eu fecho com a pergunta do Ver. Idenir Cecchim que foi quem encerrou. Muitos professores querem retomar, eu tenho certeza de que querem, eles têm falado isso; eles querem voltar a trabalhar. Eu não vi nenhuma resistência dos diretores. Eu aproveito aqui e já faço isso público: o que eu tive, até agora, foi uma receptividade muito boa em todos os espaços representativos em que estou sendo recebida: pelos diretores, pelos dirigentes, aqui nesta Câmara, na imprensa. Em todos os setores nos quais venho retomando esse diálogo que foi perdido, me outros momentos – aqui eu não estou fazendo nenhuma crítica, respeito todas as gestões que passaram. Mas quero dizer

que vocês têm uma secretária de educação aberta ao diálogo. Para brigar comigo, tem que ter muita munição, porque não tenho o perfil de briga, tenho perfil de escuta, tenho perfil de diálogo e tenho perfil humilde e aberto. Se houver uma proposta melhor do que essa, reitero, vocês podem nos procurar e nós seremos os primeiros a escutar de que forma nós podemos manter as nossas escolas abertas. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, secretária. Então, terminamos o primeiro *round* de perguntas. Vamos passar às lideranças.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui trazendo um pouco mais do que foi feito nos últimos dias; a oportunidade que tive, junto com a SMED e com a Secretaria de Serviços Urbanos. Foi feito um mutirão para limpeza das salas de aula, para limpeza das escolas e para a gente capinar. Então, hoje a gente ouviu muito a oposição falar da impossibilidade da volta às aulas, mas nós não vimos a oposição também nas escolas. Eu que estive nas escolas durante o meu período de carnaval – eu não estive na folia –, eu estive capinando junto com diversos servidores também do nosso município. A gente viu uma força-tarefa de volta às aulas com segurança para os alunos, para os professores; diretores muito otimistas com a volta às aulas, com a ansia de ver os seus alunos, de ver como andam as crianças; os professores também. Hoje pela manhã eu encontrei professores do maternal colocando nome dos alunos na sala de aula e onde eles vão colocar suas mochilas. A gente vê um carinho muito grande das escolas.

E eu quero reafirmar aqui o excelente trabalho da secretária Janaina. Esse movimento de volta às aulas é importantíssimo para a nossa cidade, é importantíssimo para as nossas crianças, e a gente vê a fala da oposição, muitas vezes, trabalhando com um núcleo muito pequeno.

Então, eu que estive na prática, passei o meu carnaval nas escolas, eu digo que as escolas estão prontas para abrir e segunda-feira vai ser o dia de folia, o dia de festa das escolas de Porto Alegre, retornando com segurança e força total para a sala de aula.

Agradeço a oportunidade de a secretária e convido-a a sempre retomar, tanto na CECE, comigo e com a Fernanda Barth, como presidente e vice, quanto aqui também no nosso plenário. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mari. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde colegas. Secretária, eu vim com tanta coisa preparada, mas a vontade que eu tenho, neste momento, é de dizer: de onde o prefeito tirou essa mulher maravilhosa que hoje é nossa secretária? Parabéns,

que coisa boa saber que no comando de uma secretaria tão importante como é a da educação tem uma mulher inteligente, preparadíssima, que tem um equilíbrio fora de série, capaz de dizer aqui para todos os vereadores – da direta, da esquerda, independentes: “Eu não sou uma mulher dada ao embate, eu quero o diálogo”. É isso mesmo, é disso que nós precisamos, chega! Nós estamos no meio de uma pandemia das mais graves, uma catástrofe! Com uma nova cepa chegando, ninguém aqui quer saber de siglas, de ideologias, neste momento, nós não queremos. A pandemia, a saúde sobrepõe tudo, na minha opinião. Mas eu, secretária Janaina Audino, eu não a conhecia, mas já nos falamos por meio do meu gabinete, porque me interessei muito em a senhora estar aqui hoje, antes do início das aulas, porque eu conheço este plenário, eu conheço este plenário como a palma da minha mão. Eu tenho longos anos de caminhada, fui assessora parlamentar, chefe de gabinete, assessora de comunicação e sei muito bem quem diz uma coisa e faz outra; e eu queria que a senhora estivesse aqui para dizer a todas as pessoas desta Câmara como seria esse preparo para, amanhã ou depois, a gente não ficar ouvindo inverdades.

Então, anotei algumas coisas aqui: a senhora iniciou a sua gestão voltada totalmente para a situação da pandemia e para a problemática de como será o ano letivo de 2021, após tudo o que 2020 nos apresentou. Obrigada, obrigada, secretária, por estar aqui hoje, por se disponibilizar a falar na nossa sessão plenária poucos dias antes da volta às aulas na rede municipal, planejada e proposta pelo governo Melo, que é um governo de diálogo e que faz o seu papel de informar e de esclarecer sempre que necessário.

Na reunião de secretariado convocada pelo prefeito Sebastião Melo na terça-feira, a senhora já colocou a todos sobre o esquema adotado para a volta às aulas na rede municipal no dia 22. Existe um plano detalhado – eu tenho ele aqui, eu o retirei, imprimi e li. Esse plano está disponibilizado para que todos leiam, com estratégias para reabertura das escolas municipais em 2021, completo e explicativo. A informação básica é a porcentagem de 65% de ocupação das salas, que há espaço físico para isso nas nossas escolas, e o distanciamento entre as classes que será respeitado. Mas, além de todas as medidas que a rede municipal está tomando, contam com a ajuda e compreensão dos pais e responsáveis e com a conscientização dos próprios alunos. Falo isso com a maior tranquilidade porque eu tenho quatro crianças na minha família, tenho quatro netos: de quatro, oito, dez e onze anos. E eles dão aula para nós de cuidados, desde o álcool gel, uso de máscara, distanciamento. Então, os hábitos de higiene são levados muito a sério pelas crianças que ensinam os adultos. Muitas vezes eu sou orientada pela minha neta mais velha: “Vovó, tu esqueceste de passar o álcool gel”. Isso é maravilhoso, e nós temos de confiar nas nossas crianças porque eles nos ensinam. Eu aprendi conto de segurança por causa das minhas crianças.

Nas escolas, isso será reforçado e supervisionados pelos professores e pela direção para que o ambiente se mantenha dentro dos protocolos, focados em evitar a interação e toques, fiscalizando o uso correto de máscaras. Há uma grande expectativa, secretária, há muito pais e crianças preocupados e ansiosos. Sabemos que, com suas rotinas alteradas, mães e pais estão trabalhando, para concluir, o mais importante que eu

quero dizer agora: tem uma cena no ano passado que me chocou profundamente. Uma empregada doméstica levou o seu filhinho de cinco anos, em Recife, para trabalhar. E enquanto a patroa fazia as unhas, o menino saiu, pegou o elevador, caiu no poço e morreu. Porque aconteceu isso? Onde as crianças têm de estar? Na sala de aula ou em segurança, não nas ruas.

Muito obrigada, o tempo é curto, mas eu quero dizer que todo o material está aqui. Em todos os lugares por onde eu andar, vou divulgar e agradeço a sua dedicação e comprometimento com as nossas crianças.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, Presidente. Prazer, secretária Janaina. Já faz algum tempo tenho vontade de conhecê-la e ainda não tivemos a oportunidade de nos reunirmos, mas teremos me breve, assim espero. Mas a tua vinda na Câmara hoje nos permite, pelo menos, nos atualizarmos sobre essa agenda intensa que a secretaria tem tido, da nossa parte, temos a intenção de colaborar e de contribuir neste momento tão difícil que vivemos. Fica claro a todos nós a grande desigualdade que o nosso País vive e fica muito explícito na educação do nosso País, onde aqueles que podem oferecer para os seus filhos uma educação na rede privada tiveram opções de, mesmo com uma pandemia, garantir que seus filhos pudessem ter um atendimento mesmo que remoto. E a nossa rede pública foi incapaz de poder projetar algo que pudesse minimizar o grande prejuízo que nós estamos oferecendo às nossas crianças. Então, acho que a nossa preocupação é toda no sentido de poder reparar esse prejuízo que está aí de maneira segura, de maneira que os nossos profissionais possam estar seguros para poderem voltar às suas atividades. Eu acho que aqui foi muito bem colocado em diferentes manifestações, eu reforço aqui a importância, eu acho que não é uma situação fácil, com uma equação fácil, mas a imunização dos nossos professores é fundamental para esse processo. Evidentemente, V. Exa. também inclusive falou sobre isso, não está ainda no rol das prioridades, mas se faz necessária, assim como todos os protocolos necessários para que as nossas crianças possam estar protegidas nesse retorno à escola tão importante neste momento, e, ao mesmo tempo pedimos que V. Exa. não desista, nem o governo, de poder oferecer educação remota, que nós possamos oferecer instrumentos e tecnologias que são muito baratos para o Município, em termos de investimento, para que nós possamos garantir, então, que podendo ocorrer algum tipo outro de privação de retorno à escola, que a gente possa estar garantindo a educação para essas crianças, mesmo que estejam em situações, em áreas difíceis, de pouca estrutura, mas hoje a tecnologia pode oferecer, e eu tenho acompanhado outras capitais que investiram fortemente, e V. Exa. falou muito bem que o governo passado ficou oito meses sem oferecer uma plataforma capaz de garantir educação com

qualidade às nossas crianças nesse período. Então, me coloco à sua disposição no sentido de podemos trabalhar para minimizar e enfrentar a situação que todos nós estamos enfrentando.

Agora, ao mesmo tempo, eu quero fazer algumas perguntas, porque tenho recebido algumas manifestações de educadores, de pessoas envolvidas na rede e uma que chegou a mim é que nós temos uma grande demanda a ser enfrentada que é a questão da falta de vagas nas nossas escolas infantis municipais. Há um edital para o aumento de metas. As nossas escolas conveniadas aguardam o retorno, o início dessas vagas, há uma grande demanda nesse sentido e eu quero lhe colocar, gostaria de ouvir V. Exa. acerca de como estão os editais para o aumento, então, de metas das nossas escolas infantis conveniadas.

A segunda questão, já é o segundo ano que os vereadores apresentam emendas ao orçamento, eu fiz questão de colocar 50% do que era disponível do orçamento para eu poder indicar, eu indiquei todas elas para a educação infantil. Então, espero que várias escolas infantis possam fazer investimentos em materiais permanentes tão necessários, não é todo ano que se renova, necessidade de investimento. Eu gostaria também que V. Exa. também pudesse nos responder em relação a essas emendas impositivas, se tem prazo para que possam ser concluídas.

A outra questão, talvez V. Exa. não saiba, mas no ano passado o ex-prefeito Marchezan, em plena pandemia, ele cancelou, suspendeu os convênios das nossas escolas infantis. Este vereador foi à Justiça e conquistamos uma liminar que nos garantiu a permanência de todos os convênios, e a permanência dos convênios, evidentemente, está altamente ligada à manutenção de todos aqueles servidores que estão lá, prontamente, atendendo as nossas crianças diariamente. Em caso de um novo surto, nós corremos risco de a Prefeitura, porque naquele momento foi uma decisão do secretário Adriano e do prefeito Marchezan, fazer uma nova suspensão?

A outra questão que eu queria trazer à secretária, vou concluir, Presidente, em relação à formação dos nossos professores que foram colocados aos sábados. Não seria melhor, quem sabe, nós reavaliarmos a questão do recesso no meio do ano. Porque eu acho mais factível, mais fácil para os pais encontrarem alguém para ficar com o seu filho uma vez por mês, do que durante uma ou duas semanas de recesso. É uma sugestão que quero deixar para V. Exa., porque talvez possa ser revista, até porque nos contratos de trabalho não está prevista a questão do trabalho aos sábados, não sei como é que V. Exa. vai equacionar essa questão trabalhista. Enfim, são as questões que eu coloquei, reforço a importância de serem vacinados os nossos educadores, gostaria que V. Exa. colocasse isso na pauta, acho que isso é fundamental, assim como os demais servidores que estão na ponta, estão no enfrentamento, estão sob risco, mas é fundamental para que não tenhamos mais interrupções na educação e que possamos recuperar a educação para as nossas crianças, em toda a rede pública. E sabemos o quanto isso é importante, o quanto uma parada dessas tem de prejuízos cognitivos para uma criança em idade escolar. Agradeço, fico à disposição e aguardo ainda uma reunião para que a gente possa discutir outros projetos e que eu possa contribuir com o meu projeto Previne, que é muito bacana, de prevenção nas nossas escolas, é um protocolo

que esta Casa desenvolveu, através da comissão de educação, tenho certeza de que V. Exa. vai se interessar muito pelo assunto. Muito prazer e um bom trabalho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Mauro Zacher. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, eu quero cumprimentar a secretária Janaína por estar aqui conosco debatendo esse tema, que é muito importante. Secretária, não tenho como iniciar este debate sem fazer uma contextualização. Quando iniciou a pandemia, nós, do movimento social, e eu sou uma defensora ferrenha da escola pública, pois sou filha da escola pública, nós falamos intensamente da necessidade de o Município não deixar que se perdessem, que se rompessem os vínculos com a escola. Aliás, nós tentamos inúmeras reuniões com o prefeito Marchezan, o que não aconteceu. Sabemos que o Marchezan não era o prefeito do diálogo, não é? E esse vínculo inclusive passava por não abandonar as famílias; não abandonar as famílias inclusive no sentido da fome. Eu, como várias colegas aqui, estive envolvida em campanhas de solidariedade porque nós sabemos o quanto a merenda, como já foi colocado aqui, é fundamental para a manutenção das nossas famílias. Então, não tem como a gente falar sobre o momento atual que vivemos, as preocupações, sem falar que o poder municipal anteriormente se omitiu, não cuidou das crianças que precisavam dele naquele momento. Aquela merenda que não foi distribuída, aquela cesta básica que não foi distribuída pelo poder público municipal, inclusive várias direções de escolas fizeram também campanhas de solidariedade para não abandonar as suas famílias, esse vínculo foi distanciando pela ausência do poder municipal, não só pela ausência da questão escolar no sentido material. Isso é importante a gente identificar, porque senão a gente trata da escola como se só as paredes dela fossem fundamentais para prevenir e para cuidar das nossas crianças. Eu sou filha de uma educação integral, de uma educação pública integral. Eu sei que aquele prato de comida lá na escola faz muita diferença na nossa vida.

Agora, a gente precisa levar algumas coisas em consideração. Eu sou oriunda de uma comunidade, da Vila Cruzeiro, e quando iniciaram os trabalhos, ainda no passado, educativos das instituições conveniadas, nós tivemos uma grande perda. O Paulo Jorge, que é uma liderança histórica, jovens como eu, que são dessa região, todos passaram próximos daquela liderança. E aquela vida foi perdida porque imediatamente abriram as portas da escola sem um estudo, sem um acompanhamento e um monitoramento necessários para que se entenda se é viável, se não é viável; um monitoramento inclusive não só da escola, mas da própria comunidade, vinculando os postos de saúde, trazendo informações desses lugares, de como está essa disseminação nos arredores. Eu acho que inclusive às vezes a disputa pela narrativa distancia a gente do que é essencial. Eu não vi aqui ninguém dizendo que não queria a retomada das

aulas. Penso que a escola é fundamental na vida das nossas crianças, mas eu também acho que a gente precisa identificar, e aí para mim ainda não fica muito claro, porque identificar como vai se dar como vai se dar essa retomada é também identificar quando nós teremos a vacina; não tem como desassociar disso. Nós queremos a retomada, uma retomada de uma educação pública onde tenhamos ciência de como são vulneráveis aquelas crianças sem ter dimensão de quando serão vacinadas. Porque a vida normal só volta quando tivermos a vacina, e aí não é questão de retornar só com a vacina, é questão de entender que a vacina é fundamental. E aí o monitoramento pode ser inclusive uma chamada das famílias. Eu sou favorável à volta às aulas, desde que isso não puxe a vida dos trabalhadores em educação e das nossas famílias. Eu sei quem cuida das crianças quando elas voltam para casa, eu sei porque as mães que vão trabalhar deixam os seus filhos com os avós.

O meu mandato fez um pedido de providências, secretária, inclusive, se possível, quero que V. Exa. comente aqui, sobre a criação de um centro de operações especiais de monitoramento da retomada das aulas. Eu sou favorável à retomada das aulas, dialogo muito com os professores, inclusive quero dizer aqui que é importante que a secretária esteja vinculada diretamente, cotidianamente com os professores, porque isso é o mínimo que se espera de uma boa secretária. Se a marca desse governo é um governo popular, a marca deve ser não abandonar as famílias, como foi na gestão anterior. E não abandonar é monitorar, é saber qual família precisa de ajuda, é identificar se aquelas crianças foram para a rua. Se elas foram para a rua, secretária, e eu fui uma dessas crianças, foi porque a pobreza bateu na porta e impediu que elas estudassem. É isso que leva as crianças para a rua. E, para trazer elas de volta, não é importante apenas abrir as portas da escola, é importante identificar em que situação está essa família. Nós, só abrindo as portas da escola, sem saber quando nós teremos a vacina, ou sem inclusive definir os limites disso, nós vamos ser responsáveis pelas mortes de quem vai estar lá dentro daqui por diante. Porque aquelas famílias vão estar apertadas. Eu quero concluir dizendo que eu sou favorável à retomada das aulas, inclusive queria ter a oportunidade de ter dito isso, secretária, quando pedimos agenda e no fim V. Exa. falou que estaria aqui na Câmara de Vereadores, e, não proporcionou que fizéssemos essa visita para dizer isso, dizer que é importante a retomada das aulas, eu sou uma defensora ferrenha da escola de turno integral, mas uma retomada muito consciente e entendedora de que só o que fará a gente voltar à normalidade da vida é a vacina, e, para isso, nós precisamos fazer com que o Município se engaje na campanha para que o governo federal atue ou para que o próprio prefeito, que disse na campanha que faria inclusive...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a contribuição de V. Exa., vereadora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): ...se necessário, faria um consórcio com a região metropolitana. (Problemas na conexão.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Secretária, por gentileza, temos o segundo bloco de perguntas. Não há mais inscritos em liderança. A Sra. Janaina Audino, secretária da Secretaria Municipal de Educação, está com palavra.

SRA. JANAINA AUDINO: Umás perguntas se diferenciam do primeiro bloco, eu já vou trazer algumas ações que a gente vem fazendo. Primeiro, Mauro Zacher, quero dizer que a gente já está pensando em um cenário negativo, o que acontece em relação à tecnologia? Nós sabemos que levar a tecnologia para as nossas escolas é muito importante, por isso nós já encaminhamos, e o prefeito já aprovou que a gente faça um projeto de cem por cento de conectividade nas nossas escolas. Isso vai depender de um trabalho da Procempa, que a gente já está mapeando, a ideia é que este ano a gente consiga levar então o acesso à internet, com rádios, com frequências, para os nossos espaços das escolas, considerando, e aí acho que foi uma pergunta do bloco anterior, que a nossa gestão entende que a aprendizagem não acontece somente dentro da sala de aula, a gente precisa se abrir para o mundo. As nossas crianças aprendem na rua, aprendem numa visita, aprendem no pátio, aprendem no refeitório, aprendem conversando, então a gente tem que sair um pouco dos espaços somente da sala de aula. Então, já comemoro com vocês a aprovação desse projeto que vai levar cem por cento de conectividade para as nossas escolas.

Quanto à falta de vagas, esse é um desafio que eu falei, eu só vou complementar aqui, existem várias formas de a gente suprir essas necessidades, uma delas é fazendo conveniamento, que é podendo ampliar o número de vagas nos espaços das escolas que a gente já tem conveniadas. Se essas escolas, vereador, que estão dizendo que elas têm vagas, elas têm que se manifestar para a secretaria, porque a gente aumenta o número de metas qualitativas para atendimento. O que acontece é que, às vezes, essas escolas dizem que têm como atender, mas não comunicam a secretaria. Eu mesma fui com o prefeito, e ir *in loco* é muito bom, porque acompanhei uma visita com o prefeito na comunidade dos irmãos Pedro, em que a gente fez uma visita no sábado passado, e uma dirigente de uma escola comunitária falou assim: “Secretária, em 2020, a gente arrumou a escola para receber mais alunos”. E eu disse: “Olha que bacana, porque a gente precisa botar mais crianças nas escolas. Isso já foi aberto lá na Secretaria?” E ela respondeu: “Não, não foi”. Então, existe um processo que precisa ser feito, se essas escolas comunitárias têm espaço, elas têm que entrar com esse pedido via secretaria, senão não tem como a gente saber. Fora esse pedido das conveniadas, a gente tem como comprar vagas antecipadas, que é esse processo que nós já estamos encaminhando e que vai trazer uma solução mais imediata para o nosso problema de demanda de vagas de educação infantil. E também temos os conveniamentos.

Em relação à suspensão de contratos, esse é um detalhe que nós estamos analisando com cuidado, porque a gente sabe que, em 2020, a gente sofreu muito com a questão da pandemia, e nós temos aqui uma discussão com o Ministério Público de que, alguns contratos, a gente precisa arcar pelo menos com o custo mínimo das instituições, para não deixar essas instituições desamparadas. Então, o que nós estamos fazendo, vereador? Revendo todos os contratos, todos os convênios, está sendo uma tarefa

incrível dentro da secretaria com menos de 45 dias de gestão, por quê? Porque a gente quer entender tudo o que foi assinado. E aqui eu trago para vocês – e eu vou voltar porque este é um tema muito interessante para a gente discutir novamente nesta Casa – existem entendimentos diferenciados do que é educação complementar e escola em tempo integral, a gente precisa discutir melhor isso. Contraturno, educação complementar tem um conceito, escola em tempo integral tem outro conceito, o que a gente quer? Primeiro, a gente tem que definir o que a gente quer enquanto Porto Alegre: a gente quer aumentar as escolas em tempo integral para que os alunos fiquem mais tempo na escola? Ou a gente quer propostas de turno complementar, que as crianças vão para a escola num turno e vão ser atendidas em instituições parceiras? É uma discussão que a sociedade precisa fazer, essa não é a caneta somente da secretária, isso nós já começamos a fazer dentro da Secretaria de Educação.

Quanto às formações, sábados letivos, recesso, a gente segue normativas às quais, às vezes, não podemos fugir. Nós temos que cumprir 200 dias letivos e fechar 800h presenciais de aula. Com a pandemia, o Conselho Nacional autorizou que nós pudessemos fazer as 800h de forma remota, nós temos autorização do Conselho Nacional de Educação. Então, vocês vejam sábados letivos, recessos, são questões amparadas por legislações. Nós precisamos fazer um recesso para os nossos professores, mas aí, vereador, o que a gente pode pensar? Que justamente nessa semana em que os nossos professores estão de recesso, porque também estão fazendo formações, porque também estão planejando as atividades escolares, a gente pode ver de que forma os convênios, as parcerias podem atender os nossos alunos nos contextos que mais precisam. Tudo é uma questão de processo, tudo é uma questão de gestão. Sábados letivos também, nós precisamos, para fechar o calendário, ter sábados letivos e sábados não letivos. Eu vou adorar retornar a esta Casa e poder explicar a parte mais pedagógica para mostrar para vocês como funciona. Talvez a gente possa discutir isso na reunião de amanhã, não é, vereadora? É importante que a gente tenha cumprimento de dias letivos, de horários, de formação de professores, de recesso, que também são importantes, quando a gente fala de qualidade da educação.

Ver.^a Bruna, eu não entendi muito bem as perguntas, mas eu quero reforçar um ponto da tua fala: monitorar, acompanhar, tem sido todo o nosso cuidado mediante essa estratégia que foi apresentada. Nós estamos aqui fazendo um papel de Secretaria de Educação, orientando como tem que ser essa reabertura das escolas com todo o acompanhamento, que consideramos fundamental para poder tomar alguma decisão.

Então, fica o convite, vereadora, para participar conosco dessa implementação dessa estratégia. E eu faço um apelo aqui, não só para vocês, vereadores, mas aos nossos diretores, o sucesso dessa estratégia sendo colocada em prática vai depender de cada diretor, de cada professor, de cada família que entender que isso é fundamental e é prioridade. Não adianta essa ideia ficar somente na cabeça da secretária ou de uma secretaria, se a gente não tiver lá na ponta esse mesmo entendimento. Erros vamos ter, lacunas sempre teremos, mas é justamente nesses momentos que a gente quer ser mais efetiva, porque temos condições de acompanhar, de monitorar e de tomar uma decisão, se for possível, no final do dia já: “Secretária,

faltou água na escola, o que fazemos? Fechamos? Como é que vamos atender as crianças sem água se é fundamental a gente ter a limpeza, os cuidados pessoais? Secretária caiu um temporal, a escola está alagada”. Hoje nós fizemos um levantamento na Secretaria que nos mostra os problemas pontuais de cada escola, sabemos a escola que vai ser inundada se cair um temporal, sabemos os problemas nos telhados. Temos condição de fazer gestão junto com as nossas escolas. Então, essa aproximação com a escola, que nós estamos cada vez mais aprofundando, cada vez mais dialogando, é isso que nos permite fazer uma boa gestão. Nós não estamos longe da escola, nós estamos junto com a escola, é isso que nos diferencia quando a gente fala de diálogo. Diálogo não é só conversar, diálogo é estar na escola, e aí um ponto que trago importante, já finalizando a nossa fala, é que toda a Secretaria está mobilizada para estar acompanhando o retorno das aulas na próxima semana. Nós faremos pontos focais em algumas escolas para fazer o acompanhamento; eu, secretária, vou percorrer, convido todos os vereadores que quiserem estar conosco nessa abertura serão superbem-vindos. Não temos nenhuma comemoração especial, porque não podemos fazer, mas, sim, estaremos acompanhando de perto, *in loco*, para que tudo dê certo, para que a gente consiga voltar.

E para finalizar, eu quero encerrar com uma fala do prefeito, que eu até já adotei como minha já: “Lugar de criança é na família e na escola”. Esses dois lugares são os pontos seguros das nossas crianças, dos nossos alunos. Pela família a gente não pode se comprometer, eles que sabem como ter esse cuidado, agora, dentro das nossas escolas, nós temos certeza que vamos poder receber bem as nossas crianças, os nossos alunos.

Eu agradeço pela escuta, por mais este espaço em que estou falando sobre essa estratégia, eu me coloco à disposição, amanhã, nós vamos conversar com a vereadora a respeito de poder voltar a esta Casa em todas as pautas que forem possíveis para trazer mais esclarecimentos. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradecemos sobremaneira o comparecimento da secretária Janaína Audino, queremos transmitir um fraterno abraço ao prefeito Sebastião Melo, ao vice-prefeito Ricardo Gomes em nome de todos os que se manifestaram, tivemos aqui dez inscritos, cinco de oposição e cinco de governo ou de independentes, além de quatro inscrições em período de Liderança. Espero que todos os esclarecimentos tenham sido trazidos ao conhecimento da sociedade através da sua presença aqui, em especial porque as nossas crianças que voltam às aulas, segunda-feira, nos são muito caras, e nós precisamos estar a par de todas as informações e das medidas cabíveis que foram tomadas para o cuidado das nossas futuras gerações. Em nome da Casa, queremos agradecer.

Estão suspensos os trabalhos para despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h58min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h59min: Estão reabertos os trabalhos. Muito obrigado mais uma vez, a secretária Janaina Audino já se despediu aqui, agradecemos redobradamente a sua pré-disposição de estar aqui esclarecendo todas as questões atinentes à retomada das aulas presenciais em Porto Alegre a partir de segunda-feira.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0636/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/19, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui o evento Semana Municipal do Lixo Zero no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na última semana do mês de outubro. **(SEI 161.00043/2019-33)**

PROC. Nº 0259/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/20, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que fixa em 40% (quarenta por cento) o percentual para o cálculo do adicional de insalubridade devido aos profissionais da saúde e aos trabalhadores de atividade essencial vinculada à saúde do Município de Porto Alegre, excepcionalmente enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020. **(SEI 161.00037/2020-10)**

PROC. Nº 0027/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui a efeméride Dia Municipal das Crianças e dos Adolescentes Desaparecidos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de maio. **(SEI 138.00002/2021-95)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h.)

* * * * *